

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----
----- (Mandato 2025-2029) -----

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu no auditório da UACS – Casa do Comércio, sito na Rua Castilho, número carorze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Vitor Cândido Ribas Nobre José, coadjuvado por Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro, Primeira Secretária, e Bárbara Sofia Pereira Ferreira, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero de Lemos Rodrigues e Francisco Reis Machado Ciriná de Mendonça e Póvoas. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Lucas Francisco Castelo Almeida Manarte, António Melo Gomes Passos Leite e Gonçalo Martins de Melo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Mariana Cardoso Folque. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** Paulo Miguel Faria Dias. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS-PP)** – António Luís de Barros Conde Antunes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Francisco Manuel Lopes da Cruz, que justificou a sua ausência e foi substituído por António Leite. -----

----- Emanuela Jaquelina Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Gonçalo de Melo. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- (Neste momento tomou posse o cidadão Hernâni Custódio do Carmo como Membro da Assembleia de Freguesia de Santo António) -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguês Ricardo Fonseca** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Antes de mais, boa noite a todos. Boa noite à Senhora Presidente, ao Executivo e Assembleia.* -----

----- *Confesso que já há algum tempo não participava numa Assembleia de Freguesia porque, sinceramente, fiquei algo desmotivado em vir cá diversas vezes mencionar alguns problemas que existem na Junta de Freguesia e, até ao dia de hoje, nada ter feito. Inclusivamente, em 2017 entreguei um abaixo-assinado recolhido em moradores da Rua Luciano Cordeiro. Eu moro na Rua Luciano Cordeiro praticamente desde que nasci e sou criado lá e há um problema muito grande no que concerne à questão das passadeiras nesta rua.* -----

----- *Hoje temos aqui uma pessoa que também vai falar. Infelizmente, foi uma das vítimas de atropelamento mais grave que tivemos ultimamente na rua, mas, como estava a referir, em 2017 entreguei um abaixo-assinado, em cerca de uma semana e meia tive quase 200 assinaturas, entreguei em Assembleia de Freguesia e até ao dia de hoje nenhuma medida foi tomada.* -----

----- Neste abaixo-assinado mencionava não só a questão das passadeiras na Rua Luciano Cordeiro, inclusive junto aos números 2, 4 e 6, onde é a farmácia, as garagens e cá em baixo o restaurante “Apache”. Fiz também o alerta por causa da questão da Avenida Duque de Loulé, com aquele alcatrão ali parece uma auto-estrada.-----

----- Estas passadeiras, para além de estarem constantemente danificadas, e nem sei qual é o valor que, entretanto, a Junta de Freguesia já gastou na sua reparação ao longo destes anos todos, estão constantemente degradadas. Em inverno é super difícil para uma pessoa idosa atravessar a passadeira em segurança, sem escorregar, sem tropeçar num buraco, inclusive se hoje passarem na passadeira junto à farmácia dos Capuchos, a mesma está danificada com um enorme buraco no chão.-----

----- Portanto, até hoje sobre este assunto, as passadeiras, nada foi feito desde 2017, volto a frisar. Aparentemente houve uma reportagem recentemente feita pela CMTV com moradores da Rua Luciano Cordeiro relativamente à questão da insegurança. Segundo consta, a própria Presidente aparece a falar nessa reportagem e indicar que ela própria foi vítima de assalto. Pronto, eu questiono que medidas são tomadas pela Junta.-----

----- Isto também foi uma questão que eu abordei nas diversas intervenções que tive relativamente a esta rua, cito esta rua e a zona envolvente da antiga Freguesia de Coração de Jesus, que é a questão da iluminação. A iluminação é péssima, é insuficiente. Fiz aqui diversos alertas na Assembleia Freguesia, na altura o ex-Presidente Vasco Morgado referiu que havia um projeto da Câmara para tornar uma iluminação também melhor. Até hoje nada foi feito também. -----

----- Eu sei que a questão da insegurança é difícil, termos um polícia em cada esquina, infelizmente. Coitados, muitas das vezes nem têm mãos a medir para outras coisas, outras situações, mas acho que a iluminação seria um primeiro ponto prévio e de prevenção para evitar assaltos, principalmente a viaturas e a casas de moradores.-----

----- A questão da iluminação já foi também diversas vezes reportada, quer por mim, quer por outros moradores, na aplicação da Minha Rua, como outras situações e que infelizmente até hoje pouco ou nada se faz. A Junta de Freguesia reporta esta questão da iluminação para a E-Redes, que tem que ser na E-Redes, nós vamos ao site da E-Redes e selecionamos os candeeiros para indicar que estão danificados, e há bastantes anos que estão danificados e não foi feita qualquer intervenção, e a mensagem que aparece é que é responsabilidade do Município. -----

----- Portanto, andamos nisto, para trás e para a frente e acho curioso até uma das últimas publicações do ex-Presidente Vasco Morgado, que foi a plantar uma árvore no Jardim das Amoreiras, até depois tive esta conversa um pouco à parte com ele, mas que somos muitos céleres a plantar árvores, mas realmente naquilo que concerne aos cidadãos e aos fregueses da Junta de Freguesia nada é feito no sentido de melhorar estas condições ou qualidades de vida. -----

----- Inclusive, uma questão à parte, porque foi criado umas lombas nessas passadeiras, em Assembleia de Freguesia referi que essas lombas não estiveram devido à legislação e daí terem sido retiradas, quando aquilo que foi dito pelo elenco foi que as mesmas apresentavam danos estruturais em edifícios circundantes. Até hoje não se viu qualquer plano ou qualquer estudo feito nesse sentido. -----

----- Portanto, aquilo que eu peço e venho hoje aqui pedir é mais ações e menos palavras, porque desde 2017 até agora muito se falou, pouco foi feito.-----

----- Era esta a minha intervenção e agradeço a todos a atenção. Obrigado, boa noite.”

----- **Freguesa Madalena Miranda** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá, boa noite a todos, obrigada por esta oportunidade. Cumprimento a Mesa, o Executivo. -----

----- Como o meu vizinho Ricardo disse, estou aqui como protagonista, mas não por boas razões. Fui atropelada numa das passadeiras da Luciano Cordeiro e desde esse momento, como devem calcular, passei a ter uma atenção especial sobre este problema na nossa Freguesia.-----

----- São cinco passadeiras sem qualquer sinalização numa reta larga. Significa que as pessoas podem andar a uma velocidade máxima que ultrapassa a velocidade permitida dentro da cidade e pode acontecer como aconteceu a mim, ou já aconteceu por duas vezes a uma vizinha nossa, ser atropelada com uma fratura grave, com necessidade de ser operada. -----

----- Dentro do nosso grupo de vizinhos tentámos auscultar o problema, perceber o que é que já tinha sido feito e o nosso vizinho Ricardo foi uma das pessoas que já fez este levantamento altamente necessário, já o apresentou em sede de Assembleia, já o apresentou junto do Executivo e como ele próprio referiu, desde 2017 é necessário tomar medidas, porque cada vez que a minha filha vai à rua passear a cadela eu tremo de medo, porque fui eu e para a próxima pode ser ela. -----

----- Aquela rua tem largura suficiente para ultrapassar, inclusive. Portanto, isto é mesmo um problema grave que nós trazemos aqui e que vos pedimos, dentro das vossas competências, que o analisem, mas mais do que isso, que sejam tomadas medidas para rapidamente não acontecer o que me aconteceu a mim e também o que aconteceu, por exemplo, a uma vizinha nossa passada uma semana, que ficou debaixo de um autocarro. -----

----- Portanto, é esta a primeira questão que eu trago e a segunda questão é, efetivamente em relação, até vejo aqui numa notícia, a questão do reforço da segurança de proximidade. -----

----- Como a Senhora Presidente sabe, nós estamos num grupo e fui também protagonista por más razões, relativamente a uma tentativa de assalto devido a um alojamento ilegal que há no meu prédio, onde foi também reportado à polícia, que acabou por agir com, digamos assim, um tempo de intervenção superior a quase 45 minutos, sendo que o meu marido e o meu vizinho tiveram que fazer uma detenção cidadã enquanto esperavam pela polícia. -----

----- A Senhora Presidente foi uma das interlocutoras que nos ajudou, mas efetivamente o problema do alojamento local não ficou resolvido. Continuamos a tentar ter respostas que não temos, nem da Câmara, nem da ASAI, e é um problema que está a alastrar na nossa Freguesia, na nossa área, porque inclusive fez fechar vários estabelecimentos comerciais que são hoje também parte de uma rede de AL. -----

----- Eu acho que é importante aqui frisar duas coisas. A questão da segurança, como o nosso vizinho Ricardo também já referiu, fomos alvo de uma reportagem da CMTV sobre isso. Há problemas de iluminação, há problemas de assaltos, portanto espero que esta reunião e este protocolo de segurança de proximidade dê frutos muito em breve, porque precisamos deles, assim como também a questão da iluminação. -----

----- Por exemplo, vivemos com candeeiros com uma luz completamente ultrapassada a nível de sustentabilidade, mas não só. Também a nível daquilo que é a segurança e do nosso bem-estar, porque é uma luz amarela fortíssima que entra pelas nossas casas durante a noite toda. Eu penso que haverá com certeza outras soluções e acho que é importante para o bem-estar, nomeadamente na zona da Calçada de Santo António, onde a iluminação está bastante degradada e parece que é também, coincidentemente, um dos focos dos assaltos. -----

----- Obrigada pela vossa atenção. Boa noite.” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por agradecer a presença. Havia ali situações que eram idênticas, pensava que ao responder ao Senhor Ricardo iria também responder à Senhora Madalena. -----

----- A Rua Luciano Cordeiro, tal como tinha falado na entrevista que também lhe fizeram, gostavam de poder fazer muito mais, mas todos sabiam as delegações de competências. Ainda assim já reuniram a semana passada, reuniram com a DMM, que era a mobilidade da Câmara Municipal, e essa foi uma das ruas faladas. Agora, o facto de reunir com eles e o facto de lhes solicitar algumas alterações, não os conseguia obrigar. Esse era o primeiro ponto. -----

----- Uma das coisas que podiam fazer, e já estava em base de orçamento, eram sinais luminosos para as passadeiras. Ou seja, quando dizia sinais luminosos e dado que a zona da Rua Luciano Cordeiro não era uma zona de betuminoso, não conseguiam pôr iluminação de chão porque não agarrava, era paralelo, mas podiam substituir e por isso estava a olhar para a colega, porque já foi pedido, substituir os sinais verticais por aqueles sinais agora que tinham alguma iluminação. -----

----- Era das poucas coisas que conseguiam fazer no imediato, porque a sinalização vertical era da competência da Junta. Tudo o resto, e com toda a razão que a estavam a alertar para isso e já sabia porque também estava nesse mesmo grupo, mas infelizmente a única coisa que conseguiam fazer e faziam era pressionar. Como todos deviam entender, às vezes a pressão tinha bons resultados e outros demoravam muito tempo. --

----- Em relação às passadeiras de pedra, foi uma das soluções para não terem que estar sempre a pintar. Ou seja, de início, como o Senhor Ricardo dizia, sim havia umas lombas e sim também tiveram que as tirar. Era verdade que os autocarros lá a passarem, os prédios tremiam e as cristaleiras tremiam. O Senhor Presidente anterior, na altura que era funcionária da Junta verificara com os seus próprios olhos, não era propriamente a estrutura do edifício que ia abaixo, mas sim tudo o que eram móveis, cada vez que um autocarro passava, passavam alguns autocarros na Luciano Cordeiro, tudo abanava. Daí ter sido obrigatório e a Câmara obrigou-os a tirar essas mesmas lombas. -----

----- Havia outra questão que foi falada com a DMM, que era a mobilidade, que na Luciano Cordeiro não conseguiam pôr lombas, dito por eles, não era a Junta, não conseguiam pôr lombas porque ali a rua não era em betuminoso. Ou seja, agora o que se punha eram umas lombas balizadas. A Luciano Cordeiro era um corredor de emergência, por isso passavam muitas ambulâncias e o que a mobilidade explicou foi que agora eles punham umas lombas de plástico, exatamente para as ambulâncias passarem fora das lombas, mas isso naquela rua não era possível fazer. -----

----- Tinha solicitado à mobilidade para começar a lhe dar autorização para pôr sinalização de 30, que não existia, mas não podia pôr sinalização que não houvesse, só podia substituir aquela que havia. Por isso, para pôr de 30, eles tinham que lhe dar autorização para pôr de 30. Isso não era algo que a Junta pudesse chegar e fazer. Isso foi uma das coisas pedidas, velocidade de 30 com sinais. -----

----- Optaram por fazer essa alteração dos sinais das passadeiras para sinais luminosos e fizeram ver, esperava, à mobilidade que tinha que haver uma intervenção nessa rua para redução de... eles falaram em estreitamento em algumas zonas. Não era engenharia e solicitara na reunião que houvesse algo a fazer, porque tinha noção disso. Não morava ali, morava mais abaixo, mas tinha noção disso e tinha visto também as queixas, que não era preciso porque tinha noção. Isso em relação às passadeiras. -----

----- Se algumas tinham buracos podiam tentar solucionar, mas isso era na estrada e todos os buracos da estrada eram da competência da Câmara Municipal. Muitas vezes iam fazer algum arranjo um bocadinho superior, porque não tinham condições para

fazer um arranjo exatamente certo, mas tudo o que era betuminoso ou estrada era da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- Em relação à Duque de Loulé, tinha sabido nesse dia, porque também não sabia, que havia um plano com cerca de 15 anos e pedira para o enviarem à Junta. Tinha estado numa reunião com a UIT, a Unidade Territorial Centro, que lhe disseram que realmente já havia um plano, mas continuava na gaveta há cerca de 10, 15 anos. Disso não tinha informação absolutamente nenhuma. -----

----- Podia dizer que estavam agora com uma empreitada para melhor sinalização e repintura das passadeiras, tinham muitas na Freguesia. Fizeram um levantamento daquelas que estavam pior, não era o caso da Luciano Cordeiro, porque essas não eram pintadas, essas eram feitas com pedra. Tinha uma empreitada para já fazer aquelas que estavam em pior estado. Também não o podiam ter feito até agora porque o tempo não tinha ajudado. -----

----- Sobre a iluminação, os candeeiros tinham mais de 50 anos, nunca foi feito nada ao longo de 50 anos, independentemente das cores que lá estiveram, a verdade era que nunca ninguém fez nada. Lisboa estava com cabos velhos, com candeeiros velhos, era uma luta da parte da Junta, porque todos os dias andava de carro, andava a pé e chateava ali o colega Zé Oliveira para fazer depois o GOPI para ir para a Câmara, porque não era da competência da Junta. -----

----- Tinham o levantamento todo das luzes que não estavam em funcionamento da Junta, porque já o fizeram e tinham aberto um GOPI, o chamado GOPI, era quando viam um problema que não era da competência da Junta de Freguesia, tinham que o passar. Isso eram os GOPI e tinham dossiers de GOPIs da iluminação. Era claro que faziam a pressão, mas como dizia, a pressão às vezes dava resultado e às vezes tinham que aguardar.-----

----- Houve em tempos e tinha esperança que isso também fosse conseguido, não era muito difícil, a ideia de uma melhor iluminação era a iluminação que estava para a estrada fazer apenas uma puxada mais baixa virada para o passeio. Isso já ajudava muito, mas tal como dizia os candeeiros tinham 50 anos e não era sua a decisão. A única coisa que podiam fazer era o que tinham feito, sinalizar e fazer pressão, mas a pressão não significava que as coisas se resolvessem ao seu tempo.-----

----- Já fizeram o levantamento da iluminação que não funcionava, abriram GOPIs, enviaram para a Câmara. Podia dizer que pelo menos duas ruas que não tinham uma única luz, que era a Rua das Taipas, já tinham nesse momento. Eram pequenas vitórias que iam tendo ao longo do tempo. -----

----- Em relação à insegurança, algo que era um problema de Lisboa inteira, não era só da Freguesia e a Junta podia fazer muito pouco. O que iam fazer nesse momento, após essa consolidação do saldo, iriam fazer um contrato de comodato, um protocolo de comodato com a PSP e dar um veículo para eles tentarem fazer uma patrulha melhor, de maior proximidade. -----

----- Também podia dizer que eles não tinham homens para mais do que um carro. Chegaram a pôr em cima da mesa desse Executivo ceder se calhar dois carros à PSP, um para a Colina de Santana, outro para o outro lado e foi-lhes pedido que não, porque não tinham efetivos para conduzir esses carros. Como sabiam, não era algo que a Junta pudesse resolver. -----

----- Resumindo, o que podia garantir era que iam mudar os sinais para sinais luminosos, aqueles que estavam nas passadeiras e iam continuar a pressionar a mobilidade da Câmara para arranjar uma solução. -----

----- Disse que na última Assembleia tinha feito e ao longo, quando reunira com todos os Membros da oposição, um dos pedidos que foi feito por esse Executivo e pela sua

peessoa foi ajuda e contributos para uma campanha de recenseamento. Esse era um grande problema em que estavam nesse momento, o recenseamento. Para quem não sabia, quanto menos pessoas tivessem menos dinheiro recebiam do Governo Central. --

----- Baixaram para 9 mil, o que significava que o Orçamento foi ainda mais cortado, o que era ingrato porque, como todos sabiam, tinham muita gente ali, portugueses, estrangeiros de várias nacionalidades, só que as pessoas não se recenseavam. -----

----- Tinha pedido contributos para poderem fazer uma campanha, já passaram seis meses e como infelizmente não obtive nenhum contributo da parte de ninguém decidiram a Freguesia fazer uma campanha. Seria agora entre maio e junho fazê-la, uma coisa muito básica, estavam a trabalhar com a CNE, obviamente, para saber o que se podia dizer ou não. -----

----- Era sempre uma campanha de informação, não podia ser uma campanha de recenseamento porque isso não era autorizado, era apenas uma campanha de informação, mas basicamente a ideia morava lá, em inglês e em português, morava lá mas não decidia lá. Era uma tentativa de mostrar às pessoas que, se moravam ali, convinha recensearem para poderem decidir. -----

----- Estavam a pensar se a Câmara dava ou não uns mupies, podia ser, podia não ser, não se sabia bem ainda, mas iam fazer uma distribuição porta a porta, pôr nas zonas de cafés, de associações, que havia algumas associações que tinham contato com muitos estrangeiros. Por isso, era para dizer que iam começar essa campanha de recenseamento, para ver se no próximo ano conseguiam subir para os 10 mil e isso já era uma grande ajuda para todos e não só para o Executivo, mas para a Freguesia inteira porque significava um Orçamento maior. -----

----- Contava com todos, ainda que pós-campanha, para ajudarem a que isso fosse passado por todos, principalmente estrangeiros, que eram aqueles que tinham mais dificuldade em recensear. -----

----- Era sempre triste ter que dizer que um grande, durante muitos anos, Presidente de Junta, independentemente das suas políticas e isso não interessava, faleceu nesse dia Fernando Braancamp, o ex-Presidente do Areeiro. Foi um Senhor que trabalhou muito, independentemente de cores, mas foi um Presidente de Junta e queria deixar ali o voto do Executivo, porque recebera a notícia que ele faleceu nesse dia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que faziam suas as palavras da Presidente e depois iria pedir um minuto de silêncio quando chegassem ao Voto de Pesar pela morte de Maria Emilia Brederode Santos. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que ia ler a moção. Já tiveram dois formatos diferentes, um em que liam e outro que não liam, agora passava a ler: -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático* -----

----- *O 25 de Abril foi a Revolução libertadora que devolveu a democracia ao povo português. Com ela, revolveu-se a vida no País; por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que a resumam. A Revolução foi, no seu desabrochar, uma explosão de liberdade que só perdurou porque imprimiu, em todos os aspetos da vida, a marca transformadora que lhe garantiu sustentação.* -----

----- *O que hoje está por cumprir não é responsabilidade de Abril, mas daqueles que nunca se conformaram com o seu carácter avançado e progressista, tudo fazendo para amputar a sua dimensão transformadora.* -----

----- *Comemorar Abril exige enfrentar a avalanche interpretativa dos que lhe negam a natureza única. Celebrar Abril é combater o branqueamento do fascismo, destacar a*

resistência abnegada de comunistas e outros democratas, e rejeitar as falsificações históricas que tentam reduzir uma Revolução a uma mera "transição" de regimes. Por mais que tentem reescrever a História, Abril foi a rutura total com o regime fascista e com os grupos monopolistas que o sustentavam. -----

----- Celebrar Abril é também afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas mais brilhantes conquistas. É defender a sua autonomia financeira e administrativa contra o subfinanciamento e a ingerência tutelar. -----

----- No 52º aniversário da Revolução de Abril, é com profunda preocupação que assistimos, em Lisboa, a uma deliberada tentativa de descaracterização e esvaziamento das comemorações institucionais. Pelo segundo ano consecutivo, sob a gestão de Carlos Moedas, a Câmara Municipal opta por não realizar o tradicional concerto na noite de 24 para 25 de Abril. Esta ausência não é neutra; é uma opção política de ostensivo distanciamento à data fundadora da nossa democracia. -----

----- A cidade que foi o centro da madrugada libertadora do 25 de Abril tem uma responsabilidade não só histórica, mas também democrática de valorizar e enaltecer a data maior da democracia portuguesa. A opção da gestão de Carlos Moedas de omissão, apagamento e desvalorização do 25 de Abril contrasta com a vontade da população de Lisboa de trazer o 25 de Abril para as ruas da cidade. -----

----- Contra o silenciamento e cinzentismo institucional, afirmamos que Lisboa é, e continuará a ser, a cidade de Abril e da Liberdade.-----

----- Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa propõe que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2026, delibere: -----

----- 1. Saudar o 52º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----

----- 2. Prestar homenagem a todos os resistentes antifascistas e aos militares de Abril que abriram as portas da liberdade; -----

----- 3. Saudar as comemorações populares do 25 de Abril; -----

----- 4. Manifestar o seu firme protesto contra a desvalorização das comemorações institucionais por parte da Câmara Municipal de Lisboa, exigindo a reposição da dignidade e da dimensão pública que a data exige; -----

----- 5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas, transmitindo às novas gerações o que representou o 25 de Abril, como ato de emancipação, democracia e liberdade; -----

----- 6. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 52 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;-----

----- 7. Reafirmar o compromisso com os valores de Abril, o Poder Local Democrático e o cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa. -----

----- 8. Dar conhecimento desta Moção: a) Presidente da República; b) Presidente da Assembleia da República; c) Grupos Parlamentares da Assembleia da República; d) Primeiro-ministro; e) Associação Conquistas da Revolução; f) Associação 25 de Abril; g) CGTP-IN-----

----- Lisboa, 27 de abril de 2026-----

----- A eleita do PCP Sónia Costa -----”

*----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que queria fazer uma pequena nota, porque tivera oportunidade de dizer, não sabia se toda a gente concordava, que a disposição da Assembleia era um bocadinho desconfortável. Não se viam, não viam as pessoas que falavam. Não sabia se no futuro seria possível terem uma disposição diferente, mas talvez pudessem pensar nisso.-----*

----- Começando por os fregueses, com todo o seu respeito pelas questões, que eram também as suas, durante a campanha eleitoral falaram sobre isso, fizeram até a comunicação precisamente nessa rua, com as questões que ali levantaram. -----

----- Havia outras ruas, sabiam que na Rua da Escola Politécnica também já houve atropelamentos graves. Percebiam que essa questão de facto tinha limitações em termos de intervenção que a própria Junta de Freguesia podia fazer, sabia que isso era verdade e também sabia que havia um corredor na Rua Luciano Cordeiro em direção ao hospital. Não poderia deixar de saber, obviamente. -----

----- No entanto, não podia deixar de verificar e não acreditava que a Presidente da Junta não fosse ouvida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Doutor Carlos Moedas, não acreditava que ele não lhe atendesse o telefone para resolver essas e outras questões. Em última análise também não acreditava que o excelente Ministro da Administração Interna que tinha a administração anterior também não pudesse resolver as questões. Apesar de tudo, achava que eram pessoas que se conheciam por razões políticas evidentes, e, portanto, acreditava que isso fosse facilitador de uma resolução célere desses problemas, mas ali continuariam também a falar sobre essas questões. ----

----- Era uma questão que, infelizmente, afetava a Freguesia de forma que achava particular. -----

----- Em relação àquilo que foi dito, iriam votar a favor, obviamente. Não podiam estar mais de acordo com o 25 de Abril e com tudo isso. -----

----- Falaram na reunião que tiveram com o Executivo que tinham uma pessoa que se dedicava há muitos anos a isso e, portanto, na altura falaram de várias hipóteses de intervenção. Portanto, não estavam à espera, não tinham essa ideia de que a Senhora Presidente estava à espera do contato. Em princípio, quem tinha iniciativa era o Executivo e não iam a adivinhar que tinha planeado essa ação. De qualquer forma, eram pessoas que trabalhavam há muitos anos nessa matéria, não eram propriamente ideias de última hora. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** propôs que fosse votada ponto por ponto a moção do PCP do 25 de Abril. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, PCP, BE, IL e Livre) e 1 abstenção (CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, PCP, BE, IL e Livre) e 1 abstenção (CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, PCP, BE, IL e Livre) e 1 abstenção (CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 5 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, PCP, BE, IL e Livre) e 1 abstenção (CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 6 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 7 da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----Ao 25 de Abril -----

----- O ano de 2026 assinala o 52.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, um dos momentos fundadores da democracia portuguesa e um dos mais significativos da história contemporânea do nosso país-----

----- O 25 de Abril pôs fim a quase meio século de ditadura fascista, encerrou a guerra colonial, extinguiu a repressão política e a censura, libertou os presos políticos e devolveu ao povo português os direitos, liberdades e garantias fundamentais. Essa conquista foi resultado da ação dos Capitães de Abril, profundamente enraizada no apoio popular e na vontade coletiva de transformação social. -----

----- A Revolução de Abril abriu caminho à construção do Estado Social, consagrando direitos fundamentais como o acesso universal à saúde através do Serviço Nacional de Saúde, a escola pública democrática, o direito habitação, a valorização do trabalho e dos direitos laborais, promovendo uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. --

----- Mais de cinco décadas depois, o 25 de Abril permanece plenamente atual. As conquistas económicas, sociais e de cidadania alcançadas com a Revolução não são irreversíveis. Enfrentamos hoje novos e velhos desafios: o agravamento das desigualdades sociais, a crise da habitação, a precarização do trabalho, as ameaças aos direitos fundamentais, o enfraquecimento da participação democrática e a ascensão de forças políticas que procuram desvalorizar ou reescrever o legado de Abril. -----

----- Num contexto nacional e internacional marcado por instabilidade, conflitos armados, emergência climática e pelo crescimento de discursos autoritários e discriminatórios, defender os valores de Abril é um imperativo democrático. Manter vivo o espírito de Abril é aprofundar a democracia, fortalecer a coesão social, garantir igualdade de direitos e afirmar a Constituição da República como pilar da vida coletiva. -----

----- Celebrar o 25 de Abril não é apenas evocar a memória histórica, mas reafirmar, no presente, o compromisso com a liberdade, a justiça social, a solidariedade e a dignidade humana. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 27 de abril de 2026, delibera: -----

----- Saudar o 52.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, prestando homenagem a todas e todos os que lutaram contra ditadura e continuam hoje a defender e a concretizar os valores de Abril, reafirmando o compromisso com a democracia, os direitos fundamentais e o Estado Social. -----

----- Lisboa, 27 de abril de 2026 -----

--- Pelo eleito do Bloco de Esquerda, Hernâni do Carmo -----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 25 de Abril”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação**-----

----- *A Liberdade que nasceu com o 25 de Abril — liberdade de decidir, de participar, de construir em comum — encontra hoje uma expressão concreta na democratização, mas também no reforço da autonomia local e na capacidade das pessoas se organizarem para responder aos desafios do presente.* -----

----- *Em 2026, continuam bem presentes os sinais de que a Liberdade conquistada em Abril não é um dado adquirido, mas um processo contínuo, que exige atenção, ação pública e participação cívica.* -----

----- *Vivemos num contexto marcado por múltiplas crises — climática, energética, social e democrática — que agravam desigualdades, fragilizam comunidades e colocam pressão acrescida sobre quem tem menos capacidade de resposta. A forma como produzimos, distribuímos e consumimos energia é hoje uma parte central dessa realidade.* -----

----- *O 25 de Abril restituiu ao país a democracia, a dignidade e a esperança, abrindo caminho à Constituição de 1976 e à consagração de direitos políticos, sociais, económicos que continuam a estruturar a nossa vida coletiva. Foi uma revolução feita com coragem, participação popular e um profundo sentido de justiça, afirmando valores universais como a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a paz.* -----

----- *Mais de meio século depois, os valores de Abril permanecem atuais. Num tempo marcado pelo agravamento das desigualdades, por ameaças à democracia, pelo crescimento de discursos autoritários e pela fragilização de direitos sociais, lembrar o 25 de Abril é reafirmar que a liberdade não é garantida — constrói-se e defende-se todos os dias.* -----

----- *Evocar Abril é renovar o compromisso com uma democracia viva e participada, com a justiça social, com a igualdade entre todas as pessoas, com a defesa dos serviços públicos, dos direitos humanos, da liberdade de expressão e da participação cívica. Não há democracia plena sem inclusão, nem liberdade real sem direitos sociais efetivos.* -----

----- *O 25 de Abril é, por isso, memória e futuro. É resistência e construção. É a certeza de que a democracia é um processo coletivo, que exige vigilância, coragem e responsabilidade.* -----

----- *25 de Abril Sempre. Fascismo nunca mais* -----

----- *Santo António, 22 de Abril de 2026* -----

----- *Paulo Dias (Livre)* ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Abril”**, apresentado pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

----- *“Saudação ao 1º de Maio Dia do Trabalhador* -----

----- *“Avançai sem medo na luta, pelo pão, pelo trabalho, pela paz”* -----

----- *No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago (EUA) (que era à época já um dos grandes centros industriais e urbanos do mundo), iniciou-se um enorme movimento grevista.---*

----- *A origem do conflito, radicava nas condições laborais à altura da Revolução industrial. Com o aumento exponencial do número de grandes unidades industriais, assim se formou também a massa de operários, que enfrentavam, no século XIX, condições precárias de trabalho, sendo expostos a jornadas extenuantes que chegavam a 18 horas diárias. A sobre-exploração era uma realidade não existindo legislação que defendesse os direitos dos trabalhadores.* -----

----- *Foi com este pano de fundo de abandono social para com as classes trabalhadoras que nasceram as primeiras organizações representativas dos trabalhadores, cujas*

ações visavam pressionar os estados e o patronato em favor de melhores condições de trabalho. -----

----- A dura repressão dessa jornada, levou a uma onda de solidariedade por todo o mundo. -----

----- A data para as celebrações do 1º de Maio, foi decidida no Congresso Socialista de Paris de 1889, como uma campanha internacional a favor das oito horas de trabalho.

----- Em Portugal, o 1º de Maio foi comemorado logo no primeiro ano da sua realização internacional, em 1890. -----

----- Tendo as celebrações do 1º de Maio ganhado uma importância cada vez maior ao longo do tempo, persistiram depois do final da monarquia. Foi durante a primeira República que algumas Câmaras Municipais decretaram feriado. -----

----- Com a ditadura, implantada em 1926, as comemorações passaram a ser ilegais até a liberdade ser reposta no país, a 25 de Abril de 1974, ano em que se deu a enorme manifestação do 1º de Maio, a primeira em total liberdade. -----

----- No nosso tempo, o 1º de Maio congrega as lutas actuais por melhores salários, por horários condignos, contra a precariedade e melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo, em que não pode ser esquecida a luta contra o Pacote Laboral, com a justa homenagem a todos os trabalhadores e particularmente àqueles que deram a sua vida na luta por condições de vida e trabalho dignas e justas. -----

----- O 1º de Maio não é um feriado como outro qualquer, é o resultado de muitas e duras jornadas de luta. É o feriado de todos quantos se batem por melhores condições de vida e de trabalho. É um feriado de luta e de memória, de celebração e lembrança de todos quantos com o seu esforço foram abrindo os caminhos às gerações futuras. --

----- Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa propõe que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2026, delibere: -----

----- a) Saudar as lutas dos trabalhadores por condições de trabalho mais justas e dignas; ----- b) Apelar à participação da população nas celebrações populares do Dia do Trabalhador; -----

----- c) Enviar esta Moção às Centrais Sindicais. -----

----- Lisboa, 27 de Abril 2026 -----

----- A eleita do PCP Sónia Costa -----”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Saudação ao 1º de Maio Dia do Trabalhador”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) e 7 abstenções (PSD, CDS-PP e IL) -----*

*----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----*

*----- **Voto de Saudação**-----*

“----- Ao 1º de Maio -----

----- O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, tem origem nas lutas dos trabalhadores do final do século XIX pela redução do horário laboral e por condições de vida dignas. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, celebrado poucos dias após a Revolução de Abril, simbolizou uma explosão de liberdade e marcou o início da conquista de direitos fundamentais no trabalho e na proteção social. -----

----- Mais de cinco décadas depois, o 1.º de Maio continua a ser um dia de afirmação de direitos. Em 2026, muitos trabalhadores enfrentam ainda a precariedade, salários insuficientes face ao custo de vida, horários desregulados e dificuldades na conciliação entre trabalho e vida pessoa. Estes desafios tornam particularmente relevante o debate em torno das recentes alterações à legislação laboral que levantam preocupações

quanto ao risco de enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores e da contratação coletiva. -----

----- Assinalar o 1.º de Maio é reafirmar que o desenvolvimento económico deve caminhar lado a lado com a valorização do trabalho, com emprego estável, salários dignos, igualdade de direitos e serviços públicos fortes. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 27 de abril de 2026, delibera: -----

----- Saudar o 1.º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, homenageando todas e todos os trabalhadores, reafirmando a importância da defesa dos direitos laborais, da valorização do trabalho e do Estado Social -----

----- Lisboa, 27 de abril de 2026 -----

----- Pelo eleito do Bloco de Esquerda, Hernâni do Carmo -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 1º de Maio”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) e 7 abstenções (PSD, CDS-PP e IL) -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- 50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026) -----

-----A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, e as primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, constituem dois momentos determinantes da consolidação da democracia portuguesa, profundamente ligados ao processo libertador iniciado com a Revolução de Abril de 1974. -----

----- A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como um Estado de Direito democrático, baseado na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Resultado da luta dos trabalhadores e do povo português, traduz no plano jurídico e institucional as aspirações de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania nacional que marcaram o processo revolucionário. -----

----- A Constituição consagra um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, assim como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais, assegurando o direito ao trabalho com direitos à saúde, à educação, à habitação, à cultura, à segurança social, ao ambiente e à participação democrática. -----

----- No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas (realizadas nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes) representou uma das mais profundas conquistas de Abril: o nascimento do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrado, plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira, e instrumento essencial de proximidade às populações. ---

----- Ao longo de cinco décadas, o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação económica, social e cultural do País e na melhoria das condições de vida das populações, através da criação de infraestruturas, equipamentos coletivos, redes básicas de saneamento, abastecimento de água, transportes, escolas, espaços verdes e serviços essenciais. Em muitos territórios, havia praticamente tudo por fazer, e foram as autarquias locais, com os seus eleitos e com a participação das populações, que responderam a necessidades fundamentais. Contudo, também o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia e capacidade de intervenção, seja através do subfinanciamento, de alterações a o regime jurídico e financeiro das autarquias, da transferência de encargos sem os correspondentes meios,

do adiamento da regionalização prevista na Constituição ou de processos de extinção e fusão de freguesias contra a vontade das populações. -----

----- Assinalar os 50 anos da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto democrático e social de Abril, valorizar o papel das autarquias locais e reforçar o compromisso com a participação popular e com o desenvolvimento equilibrado do território. -----

----- Num tempo em que se intensificam ataques ao regime democrático e se procuram impor retrocessos nos direitos sociais e laborais, esta comemoração assume ainda maior importância como afirmação dos valores democráticos e como exigência de cumprimento da Constituição. -----

----- Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa propõe que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2026, delibere: -----

----- 1. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e o 50.º aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas em 12 de Dezembro de 1976; -----

----- 2. Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local; -----

----- 3. Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, enquanto garante de direitos, liberdades e garantias; -----

----- 4. Promover ao longo de 2026 iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas que assinalem estas duas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população. -----

----- Lisboa, 27 de abril de 2026 -----

----- A eleita do PCP Sónia Costa ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026)”** apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, PSD, PCP, BE e Livre) e 4 abstenções (CDS-PP e IL) -----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

----- “-----Menos Gaming, Mais Desporto!-----

-----Pela Salvaguarda da Saúde Mental, Física e Social -----

----- **Preâmbulo**-----

----- O gaming tornou-se uma das atividades digitais mais presentes na vida dos jovens. Em Portugal, mais de 70% dos adolescentes joga videojogos regularmente, e o sector movimenta cerca de 240–260 milhões de euros por ano mas fá-lo à custa da saúde, do sono, do rendimento escolar e do equilíbrio emocional dos jovens. O crescimento explosivo do gaming entre jovens transformou-se num problema de saúde pública. Face ao que já é conhecido sobre este assunto, torna-se urgente adoptar uma posição firme e inequívoca: o uso excessivo de videojogos está a comprometer o desenvolvimento saudável de uma geração inteira. -----

----- Embora o gaming possa ter aspectos positivos, o uso excessivo apresenta riscos significativos para a saúde física, mental e social dos jovens, exigindo uma resposta preventiva e educativa. -----

----- 1. Saúde Mental e Comportamental -----

----- Estudos internacionais indicam que:-----

----- Cerca de 8–12% dos jovens apresentam sinais de uso problemático de videojogos.

----- A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu em 2019 o Gaming Disorder como uma condição clínica, enquadrada nos comportamentos aditivos sem substância, caracterizada por perda de controlo, prioridade crescente atribuída ao jogo e manutenção do comportamento apesar das consequências negativas. -----

----- Em Portugal, inquéritos escolares mostram que 1 em cada 5 jovens admite jogar até tarde da noite, prejudicando o sono e o rendimento escolar. -----

----- O uso excessivo está associado a: -----

----- irritabilidade e impulsividade -----

----- frustração intensa em jogos competitivos -----

----- isolamento emocional-----

----- dependência de recompensas digitais-----

----- alterações posturais -----

----- dores cervicais e lombares-----

----- diminuição da força muscular-----

----- redução da aptidão cardiorrespiratória-----

----- 2. Saúde Física -----

----- O gaming prolongado contribui para: -----

----- Sedentarismo-----

----- A OMS estima que 80% dos adolescentes não cumprem os níveis mínimos de actividade física recomendada. -----

----- Sessões longas de jogo aumentam dores cervicais, lombares e tensão muscular. --

----- Sono -----

----- Jovens que jogam após as 22h dormem, em média, 1h30 menos por noite. -----

----- A privação de sono está associada a menor atenção, memória e desempenho escolar. -----

----- Visão -----

----- Mais de 60% dos jovens que passam longos períodos em ecrãs relatam fadiga ocular, secura e visão turva temporária. -----

----- 3. Impacto Social e Educativo -----

----- Em Portugal, cerca de 30% dos jovens admite que o gaming interfere com o estudo. -----

----- O tempo médio diário de jogo entre adolescentes portugueses ronda 2 a 3 horas, podendo ultrapassar 5 horas em fins de semana. -----

----- O excesso de gaming reduz o tempo dedicado a actividades essenciais como desporto, convívio presencial e hobbies criativos. -----

----- 4. Riscos Económicos e de Impulsividade -----

----- A indústria dos videojogos integra cada vez mais mecanismos de monetização: ---

----- Loot boxes, presentes em centenas de jogos, funcionam com lógica semelhante a jogos de azar. -----

----- Em 2025, o mercado global de microtransações ultrapassou 70 mil milhões de dólares. -----

----- Em Portugal, famílias reportam gastos inesperados de jovens em jogos online, muitas vezes sem literacia financeira adequada. -----

----- 4.1. Microtransações e mecanismos de reforço -----

----- A presença de loot boxes e compras in-game introduz mecanismos semelhantes aos de jogos de azar. O mercado global de microtransações ultrapassa 70 mil milhões de dólares, e jovens com baixa literacia financeira são particularmente vulneráveis a gastos impulsivos. -----

----- 4.2. Design comportamental -----

----- Muitos jogos incorporam técnicas de reforço intermitente, notificações e sistemas de progressão que promovem: -----

----- aumento do tempo de jogo -----

----- dificuldade em interromper sessões -----

----- padrões compulsivos -----

----- Conclusão -----

----- O gaming excessivo constitui um factor de risco significativo para a saúde mental, física e social dos jovens. A evidência disponível demonstra que a ausência de limites e supervisão pode comprometer o desenvolvimento saudável, o rendimento académico e o bem-estar emocional. A adopção de medidas preventivas, educativas e regulatórias é essencial para mitigar estes riscos e promover um ambiente digital mais seguro e equilibrado para as novas gerações.-----

----- O gaming actualmente representa um risco por excesso de uso, dependência e prejuízo real. Esta moção assume uma posição firme: não podemos continuar a ignorar os danos que o gaming excessivo está a causar aos jovens. É tempo de agir com determinação para proteger a saúde mental, física e social das novas gerações. -----

----- Propostas de Intervenção -----

----- 1. Implementação de programas de educação digital em contexto escolar, com foco em autorregulação. -----

----- 2. Campanhas de sensibilização a organizar pela Junta de Freguesia dirigidas a famílias, profissionais de saúde e educadores. -----

----- 3. Definição de limites estruturados de tempo de jogo para menores, especialmente no período escolar. -----

----- 4. Promoção de actividades alternativas que reforcem competências sociais, físicas e criativas: promoção do desporto jovem na freguesia. -----

----- 5. Regulação reforçada de microtransações e “loot boxes” dirigidas a menores de forma a impedir o uso destas ferramentas.-----

----- 6. Monitorização sistemática de sinais de uso problemático por parte de escolas (São José e Ducla Soares) e serviços de saúde (USF ARCO)-----”

----- Continuando, disse que havia uma notícia recente que gostaria depois de entregar à Senhora Presidente.-----

----- **Membro não identificado** agradeceu a apresentação da moção e disse que muito em compensação àquilo que já foi dito em relação ao gaming, que a adição ao jogo não se cingia só ao gaming. Havia cada vez mais a adição ao jogo, não estando a falar do jogo online e sim do jogo a dinheiro. -----

----- Portanto, gostava de saudar esse voto e chamar a atenção também para o grande problema que existia, nomeadamente com as imensas casas de apostas existentes pela cidade e toda a publicidade também na Freguesia, dispersada por essas mesmas casas de apostas. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que era um tema já debatido ali antes, razão pela qual pensava que o Membro Lucas Manarte também apresentou essa moção.

----- Não ia entrar novamente na discussão, como foi da última vez, mas o parecer do PSD não era de acordo com o PS porque o gaming já se mostrou também uma fonte de aprendizagem, de união e mesmo de melhoria de tudo o que eram aptidões dos jovens. Um estudo de uma universidade em Genebra apontava que tudo o que era tecnologias e matemáticas, tudo o que eram jovens que queriam seguir para as carreiras STEM, teve de facto um efeito muito positivo. -----

----- Enquanto jovem já lhe tinha conseguido também prover alguns dons de tecnologia, estudava História e conseguia montar até alguns pc. Era uma nota pessoal, que já conseguiu ajudar em algumas questões. -----

----- A questão das loot boxes era um tema complicado, já foi até bastante regulado, porque em 2017, quando surgiu esse fenómeno como forma de compensar os custos dos videojogos foi muito polémico e tudo o que eram jogos de apostas, jogos ilegais que tentavam promover o vício nas crianças era algo que sempre estivera contra, mas não se tratava disso. Tanto que a Junta de Freguesia foi criar um evento gaming e por isso apareceu essa discussão. Se a Junta de Freguesia ia criar um evento gaming com certeza que não seria uma casa de apostas, com certeza que seria um videojogo perfeitamente razoável e também organizar um evento gaming era uma forma de regular esse tipo de evento que estavam a discutir. -----

----- A regulação desses eventos numa Junta era uma coisa perfeitamente normal, tanto que o próprio PS já o fez várias vezes. Portanto, deixava como declaração de voto, que votaria contra.-----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que tinha 56 anos, mas o colega que foi ali apresentar tinha metade da sua idade. Não era correto estar a decidir para os próximos quatro anos, porque um jovem que tivesse doze anos podia querer jogar aos quinze -----

----- Se lhe perguntassem se os jovens de seis anos deviam jogar, não deviam. Tinham diretivas do Ministério da Educação que não deixavam os telemóveis ou objetos pagos pelos encarregados de educação nas escolas. Os jovens nas escolas não podiam usar o telemóvel e jogar, mas isso não era para levar para ali. Tinham que pensar que os jovens de doze anos podiam querer jogar. No seu caso com 56 anos com certeza que não. -----

----- Aquilo que eram as fronteiras que deviam limitar sobre quando jogar, como jogar e o que jogar, como professora utilizava as plataformas educativas e na maior parte delas tinha pequeno jogo matemático que, diziam os teóricos, funcionava muito bem. Por isso, ostracizar o próprio jogo não parecia que fosse correto. Quanto jogar e como jogar sim, aí podiam conversar mais uma outra altura.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Menos Gaming, Mais Desporto! Pela Salvaguarda da Saúde Mental, Física e Social”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre)-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António* -----

----- *Preâmbulo:* -----

----- *A promoção de Comunidades de Energia Renovável na Freguesia de Santo António constitui uma resposta concreta, local e eficaz aos desafios climáticos, energéticos e sociais que enfrentamos em 2026, reforçando a autonomia energética, a solidariedade comunitária e a sustentabilidade urbana.*-----

----- *Considerando que:* -----

----- *1. A evidência científica inequívoca alerta para a aceleração das alterações climáticas, com impactos cada vez mais severos em contexto urbano, agravando a frequência e intensidade de fenómenos extremos, como ondas de calor conforme descrito no Relatório de Síntese do 6.º Relatório de Avaliação do IPCC* -----

----- *2. O período de crise energética estrutural que se vive em 2026, particularmente marcado pela volatilidade dos preços da eletricidade, tensões geopolíticas prolongadas, dependência energética externa e instabilidade climática, afeta de forma direta famílias, comércio local, equipamentos públicos e a capacidade financeira das autarquias;*-----

- 3. Em Portugal, o debate em torno do apagão elétrico de 28 de abril de 2025 mostrou a importância de reforçar a robustez e a flexibilidade do sistema elétrico, bem como o potencial de instalações com produção própria de energia renovável para manter operações críticas em situação de falha da rede. Um exemplo é o LNEC, que reportou ter mantido parte das suas instalações no Campus do Lumiar com eletricidade durante o apagão graças aos seus sistemas de energia renovável próprios, ilustrando como soluções de autoprodução podem aumentar a resiliência local. -----
- 4. A pobreza energética é uma realidade significativa nos centros urbanos, incluindo na Freguesia de Santo António, e tem vindo a traduzir-se em dificuldades no acesso a energia suficiente para garantir conforto térmico, com impacto na saúde e qualidade de vida dos seus fregueses; -----
- 5. O aumento de produção de energia descentralizada, utilizando para tal fontes renováveis, nomeadamente as de mais fácil acesso e instalação como é exemplo a energia solar fotovoltaica, permite reduzir custos, aumentar a resiliência local, diminuir emissões de gases com efeito de estufa e promover justiça social; -----
- 6. O Decreto-Lei nº15/2022, de 14 de janeiro, enquadra legalmente as Comunidades de Energia Renovável (CER) e os modelos de autoconsumo coletivo, fazendo valer a sua plenitude operacional em Portugal. -----
- 7. Existem exemplos concretos e bem-sucedidos na cidade de Lisboa como a Comunidade de Energia Renovável de Telheiras/Lumiar cuja criação foi aprovada por unanimidade pela Assembleia de Freguesia do Lumiar a 20 de junho de 2022. Esta CER foi desenvolvida pela Parceria Local de Telheiras em conjunto com a Junta de Freguesia do Lumiar, com apoio técnico da cooperativa Coopérnico (única cooperativa de energias renováveis em Portugal) e do CENSE/Universidade NOVA de Lisboa, e com financiamento da Comissão Europeia através do Energy Poverty Advisory Hub (EPAH). O projeto-piloto (13 painéis, 7,15 kWp, 11,5 MWh/ano) serve 17 participantes, incluindo 3 famílias vulneráveis a custo zero. O segundo projeto, (60 painéis, 34,2 kWp, 48,2 MWh/ano), tem retorno do investimento estimado entre 2,7 e 3,4 anos para membros regulares. A CER Telheiras/Lumiar foi também reconhecida com prémios internacionais que para além do prestígio que acrescentam à Junta de Freguesia ajudam a diminuir os montantes a investir pelos vários parceiros e cooperantes. -----
- 8. O investimento nos painéis solares, mesmo sem esses prémios, é ainda assim otimizado por efeitos de escala e por ser dividido pelos membros da CER. Tal reduz o esforço financeiro direto da Junta e encurta o período de retorno do investimento; estudos e casos práticos em edifícios públicos apontam, em contexto de autoconsumo, para tempos de retorno na ordem dos 4 a 6 anos, com painéis cuja vida útil típica é de cerca de 25 anos. -----
- 9. A Junta de Freguesia, representada pelo seu executivo, e devidamente suportada pela Assembleia de Freguesia, enquanto entidades de proximidade, tem um papel decisivo na identificação de oportunidades locais, mobilização comunitária, cedência de espaços públicos e articulação com associações, cooperativas, escolas e outras entidades locais; -----
- 10. A Carta de Potencial Solar de Lisboa, desenvolvida pela Lisboa E-Nova e disponibilizada através da plataforma Solis Lisboa, permite identificar o potencial de produção de eletricidade solar por freguesia e por edifício. De acordo com estes dados, uma parte relevante das coberturas da cidade de Lisboa tem exposição solar “muito boa” ou “boa”, sendo possível, à escala municipal, cobrir uma fração substancial do consumo elétrico com energia solar fotovoltaica. -----
- 11. No caso de Santo António, este instrumento permite identificar 34% de edifícios e conjuntos de coberturas com condições favoráveis para a instalação de

paineis solares, e um potencial total de produção de electricidade solar na ordem dos 103368 MWh/ano, contribuindo significativamente para reduzir a fatura energética das famílias e das instituições locais. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António delibera recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Santo António que: -----

----- 1. Promova ativamente a criação e desenvolvimento de projetos de autoconsumo coletivo e/ou Comunidades de Energia Renovável na Freguesia de Santo António, envolvendo moradores, associações locais, instituições sociais, parceiros técnicos, comércio e serviços; -----

----- 2. Proceda, no prazo máximo de 9 meses, ao levantamento sistemático dos edifícios e espaços públicos da freguesia, nomeadamente edifícios da própria Junta, equipamentos sociais, culturais e desportivos, avaliando o seu potencial energético para instalação de sistemas solares fotovoltaicos, incluindo estimativas de produção, autoconsumo e partilha de energia com a comunidade local; -----

----- 3. Elabore, no mesmo prazo, um enquadramento sintético sobre a realidade socioeconómica e a vulnerabilidade energética em Santo António (com base em dados oficiais disponíveis), identificando grupos mais expostos a pobreza energética, de forma a orientar prioritariamente para estes os benefícios de futuros projetos cooperativos de energia; -----

----- 4. Identifique, no prazo de 12 meses, potenciais parcerias com condomínios, associações locais, cooperativas de energia, universidades, entidades do setor social e outras organizações com experiência na dinamização de Comunidades de Energia; ---

----- 5. Identifique, no prazo de 12 meses, oportunidades de financiamento, de âmbito municipal, nacional e europeu, que possam apoiar estes projetos, incluindo mecanismos destinados a apoiar famílias em situação de vulnerabilidade energética; -

----- 6. Desenvolva ações de sensibilização e capacitação, dirigidas à população de Santo António, incluindo comunidades escolares, associações de moradores, fregueses, sobre transição energética, consumo consciente e benefícios das Comunidades de Energia; -----

----- Articule estas iniciativas com a Câmara Municipal de Lisboa, assegurando coerência com estratégias municipais de ação climática, energia e justiça social. -----”

*----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que à semelhança da primeira moção, propunham que essa moção fosse votada ponto por ponto. -----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----*

----- Submeteu à votação o **ponto 5 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 6 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **ponto 7 da Moção “Promoção de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo na Freguesia de Santo António”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos a favor (PS, PCP, BE e Livre) -----

----- Perguntou ao proponente se retirava da sua moção os pontos 2, 3, 4, 5 e 7, que foram rejeitados... então a moção era rejeitada.-----

----- **Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que a questão do tempo não era pertinente. A ideia era excelente, mas o tempo podia não ser exatamente. Perguntou se não queria repensar. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Eu faço uma declaração de voto retirando a moção e tentando articular com todas as forças políticas para que esta moção seja apresentada na próxima Assembleia de Freguesia, mas que tenhamos em conta tudo isto que foi dito e para articularmos, porque efetivamente a proposta pode beneficiar os fregueses.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que em relação à Moção “Comemorar Abril - Afirmar e valorizar o Poder Local Democrático”, apresentada pelo PCP, a moção foi aprovada, sendo retirado o ponto número quatro. -----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar**-----

----- *“----- Pela morte de Maria Emília Brederode Santos-----*

----- *Pedagoga, tal como gostava de ser conhecida, Maria Emília Brederode Santos era uma personalidade da sociedade portuguesa com um percurso reconhecido na educação, por isso foi presidente do Conselho Nacional de Educação. -----*

----- *Com uma longa carreira dedicada à pedagogia e ao serviço público, Maria Emília Brederode Santos foi uma cidadã comprometida com a democracia, pois desde a sua juventude integrou as lutas no seio da oposição democrática ao regime do Estado Novo. Junto com muitos outros jovens da sua geração, fez parte da pro-associação dos Liceus e, mais tarde, acompanhou as crises académicas que despertaram tantos estudantes para a causa da democracia. -----*

----- *Suspensa do ensino superior em Portugal, é na Suíça que inicia os seus estudos na área de eleição da sua vida, a pedagogia. -----*

----- *Esteve sempre envolvida na discussão da educação em Portugal, mas não só, pois foi sempre uma cidadã empenhada em tantas causas cívicas do nosso país. Nada lhe parecia ser estranho na acção cívica, que praticava com contagiante alegria. -----*

----- *Esta freguesia tem a honra de a ter tido, não só como residente, mas também como candidata em várias eleições autárquicas, incluindo aquela pela qual todos nós, desta assembleia, fomos eleitos. -----*

----- *Assim, honrando a sua memória, expressamos os nossos sentimentos à família, aos amigos e ao partido socialista.-----*

----- *Freguesia de Santo António, 27 de Abril de 2026. -----*

----- **Membro Mariana Folque (IL)** fez a seguinte declaração: -----

----- *“Começo por declarar o voto de pesar pelo falecimento de Maria Emília Santos, uma mulher do 25 de Abril e grande opositora da ditadura.-----*

----- O 25 de Abril é uma data que marca a nossa democracia, que representa a liberdade, a democracia e o direito de cada cidadão se expressar livremente. -----

----- Desta forma, expressar também que o 25 de Abril não pertence a uma ideologia, não pertence a um partido, pertence a todos os portugueses, a todos nós que defendemos a democracia e é precisamente esse espírito de liberdade que deve ser defendido e respeitado. -----

----- É por isso que a Iniciativa Liberal não pode também deixar de lamentar os episódios recentes da tentativa de condicionamento e hostilização por parte de membros de certas forças políticas para com a Iniciativa Liberal na marcha do 25 de Abril. -----

----- Participamos nas comemorações do 25 de Abril legitimamente desde a nossa formação enquanto partido, por isso condenamos as ofensas à nossa Presidente Mariana Leitão e aos nossos membros enquanto exerciam o seu direito de descer a Avenida da Liberdade. -----

----- Independentemente das diferenças ideológicas que são naturais e saudáveis em democracia, não podemos normalizar comportamentos que procuram silenciar ou intimidar quem pensa de forma diferente. Estes não são os valores de Abril. -----

----- A liberdade que celebramos implica a aceitação das diferenças de cada um e o respeito pelo outro. Implica aceitar que há diferentes visões para o país e implica respeitar todos os que participam na vida democrática. -----

----- Aquilo que não podemos aceitar é a tentativa de transformar o 25 de Abril em algo ideológico. O 25 de Abril não tem donos, é de todos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pela morte de Maria Emília Brederode Santos”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio em homenagem a Maria Emília Brederode Santos e também a Fernando Braancamp) -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** informou que o Executivo iria entregar em tempo útil um voto de pesar por Fernando Braancamp. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que passando a questões mais concretas do dia a dia na Freguesia, gostaria de colocar ali três ou quatro questões. Uma delas tinha a ver com alguns buracos que viam, por exemplo, na Praça da Alegria. Gostaria de saber o que estava previsto, porque constantemente passava na Praça da Alegria e via esses buracos, inclusive a própria estrada, que podia não ter a ver com as competências da Junta, mas era aquilo que estavam a falar há pouco. Tinha que se insistir, porque havendo um acidente ali, um buraco era enorme, era uma cratera e isso não se passava apenas naquela rua, já deviam ter constatado. -----

----- Aliás, tiveram ali duas intervenções que voltaram a falar na questão dos buracos, que há uns largos anos era um problema muito grave na Freguesia, começou a ficar recuperado, sabia que não tinham tido bom tempo, mas estava a ficar cada vez pior e a ficar mesmo muito complicado, principalmente para as pessoas mais velhas ou carrinhos de bebé. Evitar que as pessoas se aleijassem nos buracos, porque eles eram constantes. Isso era uma das questões que gostaria de saber, para quando estavam previstas as obras e o que havia para dizer sobre isso. -----

----- Outra questão, no dia 5 de março aproximadamente disseram que já havia verbas para o campo de futebol do Passadiço, mas continuavam a dizer que o campo de futebol do Passadiço ainda não estava viável. Portanto, gostaria de saber qual era o ponto de situação, visto a Câmara já ter libertado as verbas, segundo a informação que tinha. ----

----- Outra questão já colocava há anos, já tivera uma informação lateral de que as obras no posto do Rato estavam a caminho, a caminho, caminho, caminho, de onze anos, mas veriam se era dessa. Gostaria também de saber qual era o ponto de situação. -----

----- Relativamente à campanha que falaram há pouco sobre o recenseamento, tinha estado também nessa reunião, falaram nisso, mas partilhava um bocadinho a opinião ali do Membro da Assembleia do PS, achava que isso cabia ao Executivo fazer um modelo e partir com a campanha. Gostaria muito se calhar de ter dado a opinião antes de já estarem os folhetos, porque normalmente era a Junta que tinha os meios e que fazia. ---

----- Diria mais, se era para dar opiniões nessas campanhas, achava que também podiam dar noutras coisas que também teriam certamente muito interesse para a Freguesia e, se fosse esse o caso, estariam ali para dar opiniões naquilo que consideravam que deviam dar, nunca esquecendo que o Executivo foi eleito com as medidas que foi eleito, com o plano que foi eleito e foi nesses que a população votou. Portanto, nunca se poderiam substituir e o PCP tinha esta postura em relação a tudo. Eram democratas e entendiam que devia ser assim. -----

----- Sinceramente, não estava à espera antes da ordem do dia essa forma como foi ali abordado, que foi pedido incentivo aos partidos políticos para contribuir. Achava que não foi a melhor forma de iniciar ali essa possível participação. Lamentava que assim tivesse sido feito, mas com isso queria dizer que primeiro estavam os fregueses em Santo António, independentemente do resto e, portanto, naquilo que conseguiam ajudar dentro das limitações que tinham, porque era a Junta que tinha os meios, que tinha tudo, estariam dentro daquilo que consideravam que era relevante para ajudar. -----

----- Quanto ao pedido de resposta do outro Membro do PS, não era do PS, não tinha nada a ver com o PS, não estava ali a defender porque foi um Membro do PS, possivelmente no futuro podia ser um Membro do PCP, podia ser um Membro do Bloco, sempre foi de bom tom e sempre entenderam e lamentava estar a falar dessa forma, que quando havia qualquer coisa que um Membro gostava de esclarecer... imaginassem, estavam ali uma hora a fazer um novo esclarecimento, independentemente do Regimento, já estivera à procura no detalhe daquilo que lhe estavam a dizer que ele não poderia responder, não encontrava nada. -----

----- Sempre foi na Freguesia esclarecer o que havia a esclarecer, nunca foi assim cortada a palavra a algum Membro da Freguesia para poder dizer qualquer coisa em relação a uma coisa que outro Membro não concordava. Só queria deixar esse alerta, não estava a defender o Membro do PS, estava a defender todos os Membros da Assembleia, que também podia ser um Membro do PS. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que também só queria ali reforçar, porque tinha ficado com a ideia que a Senhora Presidente, no início da Assembleia, tentou passar a ideia de que o Executivo pediu aos partidos de oposição contributos. Ainda equacionara que se calhar não tinha percebido bem esse pedido explícito da parte do Executivo, mas pelos vistos não era só no seu caso, foram todas as outras forças políticas, efetivamente não existiu um pedido explícito de contributos, existiu uma conversa de que seria útil todos juntos tentarem arranjar ali uma forma de avançar nessa campanha, -----

----- Não foi sozinho, foram os outros todos e por isso só queria deixar claro que não havia nenhuma falha por parte dos outros partidos. Nesse caso estava a falar pelo Bloco de Esquerda, obviamente, teriam todo o gosto em ter contribuído com ideias e queria deixar isso bem claro. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que, sobre a Praça da Alegria, pensava que estaria a falar do buraco na via de carros, no passeio pensava que não existiam. Havia um grande buraco num estacionamento que tinha uma grade e havia outro grande

buraco que pelo menos tentavam sempre pôr uma grade para não haver nenhum acidente, estava mais que sinalizado, aquilo era um abatimento de saneamento. -----

----- Realmente tinha o telefone do Engenheiro Moedas, como tinha o telefone dos outros Vereadores, como toda a vida desde 2017, que esse freguês dizia que entregou alguma coisa ali na Junta, não sabia, não foi consigo, todos os Presidentes obviamente tinham sempre o contato do Presidente da Câmara, independentemente das cores. Mas acreditava que a Sónia soubesse, porque já andava nessas lides há muito tempo, sabiam melhor que ninguém o facto de ter os números de telefone não jantava à mesma mesa que os Presidentes de Câmara, independentemente das cores. -----

----- Isso tudo para dizer que pressionavam e faziam os GOPI e falavam. Às vezes conseguia-se, como a Rua das Taipas não tinha um único candeeiro aceso e nesse momento a Rua das Taipas estava acesa. Às vezes conseguia-se umas coisas, outras vezes não, isso não significava que a Freguesia não continuasse a pressionar, mas não era pelo facto de se ter números de telefone, porque nunca assim aconteceu. Já ia com números de telefone de vários Presidentes de várias cores e nem sempre eles resolveram os problemas. Por isso não tinha a ver diretamente com telefones que conseguiam. -----

----- A Praça da Alegria era saneamento, já pediram para intervir e nessa altura pedia para não intervirem já, porque daí a um mês tinham o arraial e não queria que o arraial, por questões de mobilidade, tivesse um estaleiro ali. Aquilo ia ser mesmo de cortar a rua, por isso ainda não fizeram, era uma coisa muito profunda e ia ser de certeza de cortar a rua. Por isso ele estava sinalizado, já foi pedido, mas nesse momento não iria haver obra para já, porque senão depois coincidia com o arraial de Santo António que normalmente faziam. -----

----- Os buracos, como pensava que todos sabiam, também era freguesa ali, por isso sabia bem o que tinham sido os buracos ao longo desses meses. Tiveram início de empreitada que taparam alguns, de repente choveu, voltou tudo atrás, estavam agora quase a conseguir terminar finalmente a Freguesia toda. Claro que, entretanto, iam saltando pedras, mas ainda não conseguiram fechar a Freguesia toda. Estavam a fazê-lo, tinham uma empresa, os homens da Junta também iam um bocadinho atrás, àquelas que iam soltando. -----

----- Também todos sabiam que os passeios estavam uma miséria, por isso não era defeito, era feio. Era uma luta e estavam lá, ainda não conseguiram, mas iriam conseguir. -----

----- O futebol do Passadiço, era verdade. O Passadiço era um CDC, abençoado ou não, ainda do outro Executivo, não cabia a si dizer se as coisas foram bem feitas ou não foram bem feitas, só tinha que constatar nesse momento que estavam com alguns problemas a nível de empreiteiro. Ou seja, começaram a perceber que o empreiteiro estava com alguns problemas financeiros. -----

----- Isso era com pinças, porque sabia que a Lei estava do lado da Junta e dizia “arrasem, ponham uma ação”, mas isso ia demorar anos. Por isso estavam a trabalhar com pinças, a ver o que era possível fazer e o que não era possível fazer, era um jogo bastante difícil. Garantia que ninguém tinha mais pressa do Passadiço do que no seu caso, mas tinha que ser com pinças porque houve alguns problemas. Por exemplo, o hospital não os deixou pôr uma grua, o que significava que todo o entulho era um grande problema tirar aquilo à mão, significava gastos maiores que pensava que no caderno de encargos não estava. O empreiteiro também não pensou nesse pormenor. Iriam lá chegar, mas estava a ser trabalhado com pinças, porque não queriam que de repente ele abandonasse e ficavam com o menino nas mãos, basicamente era isso. -----

----- A razão do atraso tinha a ver com dinheiro. Também ainda não pagaram tudo já de propósito, porque se pagavam tudo ao empreiteiro já se sabia. Era um equilíbrio que estavam a tentar fazer e não estava fácil, mas iriam lá chegar. -----

----- O posto do Rato ia acontecer porque, se não acontecesse, garantia que os homens não trabalhavam e a Câmara já sabia. Se no próximo inverno eles continuassem no mesmo sítio, ficavam já a saber que a Freguesia de Santo António deixava de ter pessoas para limparem, os cantoneiros e isso tudo, porque a Proteção Civil já lá foi e não era possível eles continuarem. O Executivo todo já sabia, já falaram sobre isso, que desculpassem a expressão, se a Câmara virasse o bico ao prego infelizmente a Freguesia de Santo António ia ficar em grande insalubridade, porque não iam ter homens para trabalhar. Era isso que ia acontecer. -----

----- Não ia falar em campanhas ou sem ser campanhas.-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que só queria fazer duas perguntas. -----

----- Primeiro, dizer à Senhora Presidente que um Membro da Assembleia Municipal de Lisboa tinha magistratura de influência e podia levar todos esses problemas à Assembleia Municipal de Lisboa, que depois recomendaria à Câmara Municipal de Lisboa que tirasse as devidas ilações. -----

----- Dizer que o Livre e o eleito ficavam à disposição para trabalhar em conjunto com a Assembleia de Freguesia e com os Membros do Executivo para resolver os problemas que existiam nas ruas, fosse fazendo assessorias técnicas ou o que fosse, de modo a que se resolvessem o mais depressa possível.-----

----- Deixar também em cima da mesa a criação de um grupo de trabalho para o recenseamento de potenciais eleitores, para se aumentar a base de trabalho e para efetivamente ter toda a Assembleia de Freguesia a trabalhar em prol disso. -----

----- Gostava de fazer uma pergunta à Senhora Presidente relacionada com um evento que nesse momento estava muito em voga nos meios de comunicação social, um evento que tinha a dotação financeira de 75 mil euros da parte da cultura da Câmara Municipal de Lisboa. A pergunta era se a Senhora Presidente sabia qual ia ser a influência disso na manutenção das ruas, etc., quando um evento era tomado no Parque Eduardo VII, grande parte das vezes a Freguesia de Santo António era a mais afetada por eventos no Parque Eduardo VII. -----

----- Em relação a buracos na rua, entendia a questão do arraial. No entanto, a Proteção Civil podia ter já tomado ações. Sabia que não era do Executivo, mas mais uma vez usar da magistratura de influência na Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a única pergunta foi a do piquenique, uma coisa assim. Ainda bem que era no Parque Eduardo VII. Não tinha visto o projeto, não passou, porque licenciamento nem sequer passava pela Junta, não tinha que passar, era mesmo assim, mas não tinha qualquer influência. -----

----- Sinceramente, tudo o que era no Parque, sem ser as Jornadas Mundiais, que isso foi uma coisa geral, o que acontecia no Parque Eduardo VII principalmente era uma coisa tão fechada, localizada, não fazia grande influência na Freguesia. Não eram quem tinha que limpar, o que era bom. -----

----- Aproveitava para agradecer aos serviços que no 25 de Abril, quando já toda a gente estava maioritariamente em casa, eles saíram da Avenida eram dez e meia da noite. Eram horas extras pagas pela Freguesia de Santo António, não era de borla. -----

----- Por isso, no Parque Eduardo VII sabia que tinham restaurantes que estavam lá representados, não lhes pediram licenciamento, não lhes pediram absolutamente nada, nem limpeza, por isso para a Junta não dizia nada. Era um bocadinho como a Feira do Livro, quando acontecia a Feira do Livro também não eram chamados, ou o Wonderland, também não acontecia.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 2 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 152 AF 26 referente ao protocolo com a Fundação INATEL;** -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que a sua intervenção tinha a ver com esse protocolo em específico, mas também todos no geral, porque pensava que no geral os protocolos que ali apareciam na Assembleia de Freguesia pecavam pela sua simplificação, pela sua generalização, o que deixava às vezes o trabalho de quem ia ter que votar complicado. Ficavam muitas coisas em aberto, muitas coisas não eram explicadas e isso era algo que o incomodava. -----

----- Esse, por acaso, até não era dos piores, só sinalizaria a questão do pagamento, porque falava em pagamento de 50% da quota e outro em isenção e não explicava qual era o critério para a aplicação de um e para a aplicação do outro. Na sua visão, devia ser gratuito para todos. -----

----- Iria votar a favor, mas com essa ressalva. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que a sua intervenção ia um pouco no sentido daquela do Hernani. Achava que o objectivo era muito positivo, o bem-estar, a atividade física, nada contra, mas depois deixava por clarificar custos indiretos para a Junta, critérios de equidade no acesso às métricas públicas que estavam lá. -----

----- Aproveitava para deixar perguntas, que era qual seria o custo anual direto mais indireto para a Junta de Freguesia. Quais eram os critérios reservados para os residentes? Que indicadores públicos no fim do ano mediam esse acordo? -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não havia qualquer valor no final do ano com a Freguesia de Santo António. Nem sequer era um protocolo que tinha cabimento, ou seja, que tinha dinheiro. Isso era uma maneira de tentarem, para além dos fregueses, o horário era um bocadinho mais reduzido, mas era uma maneira de tentar dar alguma coisa aos funcionários. Nada melhor do que tentar juntar sinergias. Não havia qualquer valor de erário público a gastar ou a receber. Nada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 152_AF_26 referente ao protocolo com a Fundação INATEL**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 3 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 206 AF 26 referente ao protocolo com o Agrupamento de Escolas de Santo André;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que era mais um esclarecimento do que propriamente grandes observações sobre esse protocolo. Tentar perceber, porque isso era formação em contexto de trabalho, se era uma componente necessária para as pessoas que iam fazer o estágio terminarem o seu curso profissional.... Sim? Não era efetivamente para substituir qualquer trabalho da Junta? Pronto, era essa confirmação que precisava, era mesmo só para os próprios estudantes conseguirem concluir e fazer a componente da formação em contexto de trabalho do seu curso profissional. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que também ia votar favoravelmente. No entanto, tinha duas ressalvas, qual grelha de avaliação pedagógica seria usada e quem reportava os resultados e quantas pessoas eram abrangidas por esse acordo. Eram as duas perguntas que tinha. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que isso era uma escola profissional e os jovens tinham que ter estágio. -----

----- As grelhas de avaliação eram sempre dadas pela escola e quem fazia essa avaliação, nesse caso era quem acompanhava, era o informático. Nesse momento eram dois, o responsável que era o Marco e tinham também outro funcionário e através deles dois era dada toda a ajuda e no final relatório, notas e tudo isso. Era uma pessoa de cada vez. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 206_AF_26 referente ao protocolo com o Agrupamento de Escolas de Santo André**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 - Análise, discussão e deliberação da proposta 212 AF 26 referente ao protocolo que a Associação Ler Para Ser;**-----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que gostava de fazer um apelo porque, de facto, eram convocados a dar a posição sobre coisas e realmente não tinham informação sobre aquilo que iam votar, nomeadamente na questão desse protocolo. O que viam era que não havia informação sobre quem eram os responsáveis da associação. -----

----- Tinha feito algum trabalho a tentar perceber quem era essa associação, não havia nenhuma informação disponível sobre quem eram os órgãos sociais. O documento que era apresentado não tinha sequer a assinatura do Presidente da respetiva associação. Só queria que lhe respondessem a uma pergunta, se podiam dizer quem era o Presidente da associação, porque não sabia. -----

----- Depois havia ali várias questões que ficavam em aberto. Em primeiro lugar, parecia-lhe ser uma iniciativa redundante. Existiam várias feiras de livro, na outra Freguesia existiam outros sítios também, mas não podiam esquecer que tinham a Feira de Livro à porta da Freguesia. -----

----- Depois, iam ali perder verbas na concessão do espaço. Já falaram da perda de residentes, perda de verbas, a questão do desporto, falta de verbas. Havia uma série de questões e já nem ia falar das verbas que se gastavam com o gaming, mas já sabiam que a direita gostava muito do gaming. -----

----- Em todo o caso, havia de facto a saúde, também já viram que havia problemas porque podiam ter mais pessoas com médico de família nessa Freguesia. Falta de verbas, falta de vontade de resolver os problemas. No entanto, aceitavam ali de bom grado ceder um espaço nobre na Cidade de Lisboa, junto à Avenida Fontes Pereira de Melo, para uma associação que ainda por cima não tinha sequer uma cara, um rosto. Não podia sequer pronunciar sobre a associação porque não se sabia quem eram as pessoas. -----

----- Portanto, obviamente tinha de votar contra. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que basicamente o fim cultural era positivo e começava por saudar os positivos do protocolo. Estava desenhado, sobretudo, para enquadrar licenciamento, ocupação de espaço público, que era particularmente a favor, mas depois não tinha uma estratégia cultural. -----

----- Não sabiam bem como era que os critérios públicos de atribuição iam funcionar. Não havia uma avaliação de impacto na população residente naquela zona. Portanto, deixava ali duas perguntas, quais eram os critérios públicos para atribuição desse tipo de isenções de taxas em eventos desse tipo e como seria avaliado o impacto para os residentes. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não tinha ali a certidão e tudo, mas informaram os serviços, o Presidente da associação, David. -----

----- Os critérios públicos para isenção eram dados pela Assembleia, por isso iam ali pedir a aprovação. A Freguesia de Santo António não isentava ninguém, nem nada, sem ir à Assembleia. O protocolo com uma associação e era a Assembleia que decidia se havia ou não a isenção para esse protocolo. -----

----- Em relação aos residentes, tinham algum, embora aquilo não tivesse muitos residentes lá a morar, mas por exemplo as escolas recebiam sempre vários livros depois, no final de cada feira, essa seria em outubro, conseguiam que as crianças das escolas todas recebessem livros e vouchers se assim o desejassem. Os livros eram sempre de

oferta. Principalmente o impacto era realmente nas escolas, porque conseguiam que as crianças todas recebessem bons livros. -----

----- Isso antes fazia-se no Largo de São Mamede e o Executivo também achou que não era o sítio mais indicado, porque ficava mais feio, era uma coisa ali muito no meio. Por isso decidiram passar para aquela zona que acabava por ter muito movimento, mas não se destacava tanto e não ficava tão feio. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 212_AF_26 referente ao protocolo que a Associação Ler Para Ser**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e PCP), 3 votos contra (PS) e 2 abstenções (Livre e BE)-----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 224 AF 26 referente à assunção de compromissos plurianuais;**-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que fazia mesmo uma declaração de voto formal, em que pedia aos Membros da Assembleia que avaliassem esse ponto. -----

----- Estavam perante uma situação que ultrapassava uma mera divergência política. A proposta que era apresentada pedia à Assembleia que autorizasse a assunção de compromissos plurianuais sem identificar de forma clara e suficiente quais eram esses compromissos, qual o seu valor total, qual a distribuição temporal dos encargos, quais as rubricas afetadas e que impactos teriam no Orçamento futuro da Freguesia. A Junta de Freguesia de Santo António tinha, por natureza e por mandato democrático, um papel central de proximidade, acompanhamento e fiscalização das decisões que envolviam a gestão de recursos públicos e a assunção de compromissos com impacto futuro.-----

----- O documento em apreciação suscitava reservas políticas relevantes na medida em que limitava a capacidade efetiva de escrutínio por parte da Junta, reduzindo o papel fiscalizador a uma função meramente formal, sem acesso atempado e suficiente à informação necessária para uma avaliação responsável e esclarecida. Essa limitação não era neutra. A diminuição do controle democrático e da fiscalização de proximidade acarretava, inevitavelmente, um aumento de risco de práticas opacas, de decisões pouco fundamentadas e, em última instância, de perpetuação de causas estruturais de corrupção. -----

----- Tratava-se de um risco que não podia ser desvalorizado e que, no contexto específico de Santo António, não era de somenos, atendendo ao seu histórico, bem como à pressão permanente sobre o território e os seus recursos. A boa governação local exigia transparência, informação completa e um efetivo equilíbrio entre o Executivo e os órgãos fiscalizadores. Sempre que esse equilíbrio era fragilizado, era a confiança democrática que ficava em causa. -----

----- Era nesse quadro e por razões estritamente políticas e de princípio, ligadas à defesa do escrutínio democrático, da transparência e da responsabilidade pública, que se fundamentava o voto assumido e o Livre não podia acompanhar essa proposta. Votariam contra, não por discordância política abstrata, mas porque não aceitavam que essa Assembleia fosse chamada a decidir sem conhecer aquilo que estava a decidir. ---

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que também queria fazer uma declaração de voto. O que era ali pedido era uma autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais até o fim do mandato, sem qualquer discriminação dos tipos de compromissos, dos montantes envolvidos ou das áreas concretas a que diziam respeito. Essa ausência de enquadramento financeiro e de limites materiais transformava a proposta num verdadeiro cheque em branco ao Executivo, esvaziando o papel fiscalizador da Assembleia.-----

----- Entendiam que o controle democrático da despesa pública exigia transparência, fundamentação e decisões caso a caso. Por essas razões, o Bloco de Esquerda votaria contra. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que os pontos ali referidos pelo Bloco de Esquerda e pelo Livre, concordava na totalidade com eles e não ia repetir aquilo que disseram porque praticamente seria aquilo que ia dizer. -----

----- Referir ainda que compreendia a questão para aqueles projetos que ultrapassavam o limite do ano para a sua concretização, porém abria ali um caminho que a decorrência dos mesmos acabasse fora do controle da Assembleia de Freguesia. Portanto, isso não era desejável e iriam votar contra porque, apesar de compreender alguma coisa, não podiam de todo modo votar a favor. -----

----- **Membro Bárbara Ferreira (IL)** disse que tinha estado atenta às declarações anteriores e era um pouco parecido, mas achava que num fim diferente. -----

----- A Iniciativa Liberal votaria favoravelmente a presente proposta, adiantava já, essa assunção de compromissos plurianuais pela Junta de Freguesia de Santo António. -----

----- Compreendiam bem a necessidade referida à proposta, gerir uma Freguesia não se compadecia com horizontes de curto prazo, nem se fazia com decisões avulsas de ano para ano. Havia compromissos que pela sua natureza exigiam continuidade, previsibilidade e uma visão que ia além do imediato, mas convinha também não dourar demasiado a realidade. Autorizar compromissos plurianuais não era passar um cheque em branco, nem transformar a Junta numa espécie de cliente premium da despesa pública com pagamentos automáticos ativados até ao final do mandato, quase como aquelas subscrições que todos juravam cancelar, mas raramente cancelavam. -----

----- Isso era sim um ato de confiança institucional e, como qualquer acto de confiança, ia com condições e essas condições eram rigor, transparência e sentido de responsabilidade, porque, como sabiam, compromissos de longo prazo exigiam rigor no momento em que eram assumidos e ainda mais quando tinham de ser cumpridos e justificados perante os cidadãos. -----

-----A Iniciativa Liberal acreditava numa gestão pública disciplinada, previsível e escrutinável. Cada compromisso, sobretudo os que ultrapassavam um mandato anual, deviam ser bem fundamentados, financeiramente sustentáveis e claramente explicados, não só à Assembleia, mas sobretudo aos cidadãos, que no fim do dia eram quem pagava a fatura. -----

----- Por esse motivo, que já explicaram, votariam a favor da proposta, com confiança, mas também com muita exigência, a exigência de que essa autorização fosse usada com prudência, critério e transparência, evitando que o futuro da Freguesia ficasse excessivamente comprometido. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que esse ponto estava em debate e achava que era algo muito positivo e queria também deixar a declaração de voto. Estavam todos ali a dar o parecer.-----

----- A bancada do PSD votaria favoravelmente esses compromissos plurianuais. Viam que era algo fundamental no que era uma Junta de Freguesia. Tinham a plena confiança no Executivo, que era feito por três partidos. -----

----- Entendia perfeitamente as preocupações, em Lisboa sobretudo, todos sabiam na cidade em que estavam. Contudo, estavam ali com uma coligação de três partidos, o escrutínio era grande e, portanto, tinham uma confiança no Executivo e na Presidente da Junta. -----

----- Portanto, o parecer era favorável. Tudo o que eram serviços, tudo o que eram fotocopiadoras, combustíveis, tudo o que fosse necessário precisava de ser orçamentado

plurianualmente. Estavam perante uma Junta de Freguesia, não uma associação de estudantes, como já estava habituado na universidade.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que entendia algumas das preocupações. Valia o que valia aquilo que dizia, mas achava que o que dizia ainda valia alguma coisa e haveria sempre uma avaliação responsável. Fazia parte da educação que os seus pais lhe deram, que felizmente foi daquelas à antiga e boas.-----

----- Não entendia a questão do histórico. Não gostava que a comparassem com o que fosse. O atual Executivo começou há cerca de seis meses, o que estava para trás não lhe dizia respeito, não era quem decidia. -----

----- Garantia a transparência, tanto no Executivo como com os fregueses, havia sempre prestação de contas. Ou seja, isso era um ato de gestão aprovado em Executivo por todos, havia sempre os relatórios de contas para as Assembleias e em última análise havia sempre o base.gov. -----

----- Essa era aquela altura em que podiam todos dar um salto de fé e acreditar que ainda havia gente que estava mesmo pela Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 224_AF_26 referente à assunção de compromissos plurianuais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL) e 6 votos contra (PS, PCP, Livre e BE) -----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 001 PCt AF 26 referente à prestação de contas de 2025;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Freguesia de Santo António apresentou no ano 2025, ressaltando obviamente que esse Executivo só esteve um mês e meio, dois meses, o resultado negativo de 60.952,55 e havia uma razão para isso acontecer. Ou seja, existia ainda do Executivo anterior uma provisão para riscos e encargos do ICNF. Isso era uma possível coima que a Junta de Freguesia podia vir a ter que pagar no valor de 51 mil euros, que era uma ação que o ICNF pôs. Isso já iria com alguns anos, foi a informação que lhe deram, mas como estava ainda “vai e vem” essa ação, eram obrigados a precaver esse dinheiro. -----

----- O ano de 2025 foi também aquele que registou mais obras em CDC, porque era o final dos CDCs de mandato. -----

----- Além desses factos, importava ainda salientar o aumento dos funcionários públicos, bem como a inflação na aquisição de bens e serviços. -----

----- O CDC de mandato em 2025 apresentou uma execução de cerca de 81,27%. Ou seja, o que nesse momento ainda estavam a tentar finalizar do antigo Executivo? O Passadiço, já explicara o que estava a acontecer com o Passadiço, eram pinças, e havia também um CDC que ainda não foi iniciado, mas iam iniciar, ainda pertencente ao Executivo anterior, que era a requalificação da Travessa do Noronha. Era algo que foi ficando e esse Executivo decidiu, para não se perder o dinheiro, fazer. Havia agora em todas as Juntas uma prorrogação até ao final do ano para se finalizar os CDCs de 2025.

----- A execução da receita atingiu o valor de 7.145.852,96. A nível de percentagem, isso correspondia a 97,39%. Ou seja, ficava também muito contente porque o Tesoureiro já lá estava, significava que o Orçamento de 2025 foi um Orçamento muito bem pensado, tal como esse também iria ser. Não foi um Orçamento extrapolado, não se inventou receitas só para ter mais dinheiro em caixa. As receitas foram realmente quase taco a taco. O que se pensou foi o que se conseguiu amealhar. -----

----- A execução da despesa atingiu o valor de 6.061.986,81, que correspondia a 82,66%, ou seja, a uma distância de cerca de 14%, 14,72%. Pessoalmente parecia uma distância razoável, porque também era apologista que não se devia gastar o dinheiro

todo. Em dezembro podia acontecer alguma tragédia, por isso convinha ter algum para se poder amealhar. Depois, obviamente, ia acontecer inclusive no Orçamento seguinte.

----- A certificação legal de contas emitida pelo Senhor Revisor Oficial de Contas não apresentava qualquer reserva ou ênfase às mesmas. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que havia uma distinção que considerava essencial para a democracia local. Uma coisa era a correção técnica e legal do parecer e nada contra. Outra, bem diferente, era a avaliação política do modelo de governação e por isso se abstinha e não votava a favor. -----

----- A certificação legal de contas afirmava textualmente e efetivamente que as demonstrações financeiras apresentavam, de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira da entidade e emitia uma opinião sem reservas e sem ênfase. Isso efetivamente estava lá, mas era precisamente aí que se situava a divergência política. Com esse nível de receita, com os saldos de gerência ainda elevados, com as regras sociais, ambientais e urbanas crescentes em Santo António, o resultado líquido negativo não podia ser tratado como um mero efeito técnico, era um sinal político de alguma falta de ambição transformadora e acrescia que nada nos documentos permitia avaliar impactos. -----

----- Não sabiam que problemas estruturais foram mitigados, que desigualdades foram combatidas, que ganhos ambientais ou de qualidade de espaço público resultaram da execução orçamental e a prestação de contas transformou-se assim num exercício de conformidade administrativa quando devia ser um exercício de responsabilidade política. -----

----- **Membro Gonçalo de Melo (PS)** disse que na página 17 do PDF, na rubrica “clientes, contribuintes e utentes”, repararam que houve um aumento de 60% nas contas a receber de clientes, passou de 64 mil para 103 mil euros. A nota explicativa dizia que em 2025 as dívidas de clientes registaram um aumento de 38 mil euros, que derivava, sobretudo, de montantes elevados de licenciamento que eram recebidos no início de 2026. Ora, já estavam em abril e a sua questão era se, entretanto, já foram recebidos esses valores e se era expectável que em 2026 não se verificasse outra vez um aumento dessa rubrica e se, pelo contrário, se verificaria uma diminuição. -----

----- Depois, na página 18 do documento viam, na rubrica “devedores por contratos de concessão”, um valor de 8 mil euros que estava em dívida para com a Junta. Esse valor de 8 mil euros já ia de trás e na nota explicativa referia que nessa rubrica o valor referia-se ao contrato de concessão do quiosque do Jardim das Amoreiras. A sua pergunta era por que razão essa dívida se mantinha. Em segundo lugar, se o Executivo tinha noção de uma eventual data de prescrição dessa dívida e o que estava a ser feito para que se evitasse a prescrição dessa dívida e para que a Junta de Freguesia recebesse efetivamente esse valor. -----

----- Relativamente à página 23, à provisão que foi referida nas coimas relativas ao arvoredor, perguntava o que realmente aconteceu, porque foram imputadas essas coimas, se eventualmente houve alguma negligência por parte da Junta. -----

----- Sabia que a Junta, como estava no seu direito, recorreu à decisão. Ainda não sabiam o desfecho final, mas questionava qual era a expectativa do Executivo, se a coima se manteria ou não. Obviamente não podiam adivinhar o futuro, mas era uma pergunta sobre expectativa. -----

----- Relativamente à página 30 do documento PDF, a rubrica de “fornecimentos de serviços externos”, reparara que houve ali um grande aumento na rubrica “trabalhos especializados”. Houve um aumento de 35%, os valores foram sensivelmente de 1,7 milhões em 2024 para 2,3 milhões, ou seja, um aumento de 594 mil euros. Perguntava a que se devia esse aumento. -----

----- Repararam também que na rubrica de transportes, “deslocações, estradas e transportes”, houve um aumento porque esse valor mais que duplicou, passou de 30 mil para 71 mil euros, ou seja, um aumento de 135%. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, em relação ao quiosque, disse que isso já ia da primeira reunião do Orçamento, evitar que a Freguesia deixasse de receber, mas a Freguesia não ia receber porque não podia receber esse valor. Esse valor estava ali, a palavra incompetência se calhar era um bocadinho má, mas os serviços não fizeram o que deviam. O quiosque apresentou todos os papéis de documentação que deveria ter entregue, estando-se a arrastar desde 2020. A incompetência foi da Junta nesse caso, que os serviços não fizeram nada. -----

----- Por isso o que esse Executivo pediu foi os papéis, tudo o que estava em falta, nem era em falta, a única coisa que estava em falta eram os serviços terem dado continuidade ao que todas as outras Freguesias fizeram, que era dar a continuidade, porque de facto o quiosque teve direito a essa isenção. Estava a falar de isenção porque isso era do Covid. O quiosque fez tudo o que tinha a fazer, entregou os papéis todos, as isenções, as questões de contabilidade, infelizmente a Junta de Freguesia não fez nada. -----

----- A Junta não ia receber, porque não tinha razão nenhuma de receber, porque o quiosque estava no seu direito de ter tido essa isenção. -----

----- Sabiam que era sempre difícil para esse Executivo falar um bocadinho do ano inteiro do anterior, todos tinham noção disso. Entraram no dia 3 de novembro, o Tesoureiro acreditava que estivesse, mas esse Executivo não. Não tinha que estar a fazer perguntas do outro Executivo, tinha que estar a dar o que faziam nesse. -----

----- Sobre os trabalhos especializados, não se podiam esquecer que principalmente nesse final de ano foi onde se fez mais os CDCs. Por isso, todos os CDCs para terminar em 2025, todos os CDCs significavam que eram trabalhos especializados. Nesse momento só tinham dois pendurados, mas foram todos eles feitos e terminados em 2025. Pensava que uma das razões seria exatamente essa, os trabalhos especializados eram CDCs com algum valor e eram quem fazia essa contratação. -----

----- Em relação aos transportes, pensava que estaria a falar de transportes de autocarros. Os transportes, não sabia se tinham noção, mas subiram brutalmente, por isso acreditava que tivesse sido feito um reforço. Nesse momento, cada autocarro cerca de 700 euros por viagem. Acreditava que tivesse sido por essa razão, a nível dos transportes. -----

----- Sobre o saldo, era o que se chamava uma manutenção de saldo prudente, ou seja, não gastar tudo até ao fim e depois, se sobrasse, era reposto. -----

----- Em relação à coima, não era jurista, isso estava em tribunal, pensava que acabaria por nada acontecer. Isso já tinha muitos anos, os senhores das árvores e muito bem tinham uma ideia, às vezes tinha que se fazer algumas coisas porque em primeiro lugar estavam os fregueses, quando era com a Câmara tornava-se mais fácil, mas havia árvores que eram do ICNF que, pura e simplesmente, normalmente não diziam nada. --

----- Garantia que se uma árvore estivesse prestes a cair, podia ir o ICNF ou o que fosse, porque se a árvore, não foi o caso, mas se a árvore estivesse a cair, mesmo sem autorização fazia alguma coisa. Preferia ter uma ação do que ter um freguês esmagado debaixo de uma árvore. -----

----- **Membro Gonçalo de Melo (PS)** referiu que a Senhora Presidente acabou de dizer que não foi o caso, uma árvore prestes a cair, então perguntava qual foi o caso.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que foi a queda de uma árvore que caiu sozinha e removeram aquilo sem chamar o ICNF quando retiraram o coto e tudo da árvore. -----

----- **Membro Gonçalo de Melo (PS)** disse que em relação à pergunta dos transportes, voltava a insistir, houve um aumento dos transportes, mas o aumento nessa rubrica era de 135%. Não sabia que aumento de 135% houve, nem na gasolina houve esse aumento.

----- Prosseguindo, na página 32, relativamente à rubrica “transferências correntes concedidas”, verificara uma diminuição na rubrica “diversos apoios a particulares” que baixou de 95 mil euros para 19 mil euros. Estava ali uma nota em que dizia que em 2025 diminuiriam as transferências às famílias por via do FES, Fundo de Emergência Social, e em relação às instituições sem fins lucrativos constituindo assim uma diminuição dos apoios. Perguntava porquê. -----

----- Depois queria levantar outra questão que, a seu ver erradamente, não apareceu nessa prestação de contas de 2025, que era a questão do investimento na habitação acessível. Na Assembleia de Freguesia passada a Senhora Presidente, no que dizia respeito à habitação, disse que estava de mãos atadas. Diria que a Senhora Presidente tinha o direito e até mesmo o dever de interceder junto da Câmara Municipal de Lisboa para que essa investisse em habitação acessível na Freguesia de Santo António. Relembrava que o investimento em habitação acessível não se resumia apenas à construção pública. -----

-----A Câmara Municipal de Lisboa, como qualquer Câmara do país, tinha o direito à preferência, ou seja, podia por exemplo adquirir imóveis devolutos por essa via para reabilitá-los e posteriormente destiná-los à habitação acessível. Relembrava também que desde 2023, com a aprovação do pacote Mais Habitação, os proprietários de imóveis passaram a poder vender imóveis às autarquias sem pagar imposto sobre mais valias. Houve autarquias que aproveitaram essa vantagem competitiva para irem ao mercado, adquirirem imóveis e destiná-los à habitação acessível. -----

----- Aliás, no início da Assembleia falaram que havia cada vez menos eleitores na Freguesia, diria também que havia cada vez menos jovens, havia jovens que sonhavam viver na Freguesia de Santo António e que não podiam porque não tinham condições financeiras para o fazer. Então, diria que o investimento em habitação acessível era parte da solução desse problema. Portanto, a sua pergunta era no que dizia respeito à habitação, se a Senhora Presidente durante esse mandato iria continuar de mãos atadas ou ia interceder junto à Câmara Municipal de Lisboa para que Santo António tivesse habitação acessível. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** perguntou à Senhora Presidente se os jovens continuavam a ir nas férias de autocarro, ou se iam de metro, ou de táxi, se os idosos continuavam a ir de autocarro para as suas atividades, ou se iam de metro, ou de táxi, ou até de Uber que era mais moderno, e se o Bússola, lembrava-se que os seus filhos andavam no Bússola e às vezes iam de metro, mas também se lembrava que iam de autocarro. Era do tempo que os seus filhos iam nas várias atividades e na altura o autocarro por dia eram 500 euros. -----

----- Outra questão, se tinham imóveis públicos na Freguesia. Achava que não tinham imóveis públicos que pertencessem à Câmara na Freguesia. Tinham ali um imóvel que estava em obras na Rua de São José, não tinham imóveis da Câmara e não tencionava andar a pagar para habitação acessível com prédios velhos. Tinham que ser prédios novos, porque as pessoas não tinham dinheiro para requalificar um prédio velho. O prédio velho era muito caro, tinha que ser um prédio novo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o ponto que estavam a debater era a prestação de contas e não a habitação acessível. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ficava muito feliz de baixarem os apoios de 95 mil para 19 mil. Para si era uma felicidade, porque significava que os

colegas da ação social estavam a fazer o trabalho que lhes competia, estavam a arranjar soluções para as pessoas. -----

----- Tinham regras de apoio, assim como todas as Freguesias. Estavam em cima das pessoas, no bom sentido, obviamente. Por isso, se baixavam, significava que faziam um bom trabalho de encaminhamento. O seu objetivo nessa Freguesia era não precisar de ajudar mais ninguém. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que se ia abster, primeiro porque em relação à componente técnica das contas, obviamente não iria dizer que ela estava incorreta, porque não estava, pelo menos aquilo que era perceptível, e para quem está habituado a ler esse tipo de informações ela estava perceptível. Estava a falar das contas, não estava a falar do relatório. No relatório tinham ali outra coisa.-----

----- Dizer que apesar de tudo, em relação às contas, elas não deixavam de refletir o que foi o plano, as opções do plano que aprovaram, não deixavam de refletir as políticas desse Executivo e que o PCP estava contra. Portanto, as contas refletiam isso, iam abster, não votariam contra, mas isso era claro ao longo de todo o documento, nem poderia ser de outra forma, a não ser que, entretanto, tivessem mudado toda a visão política e alterassem o plano e alterassem tudo o resto. -----

----- Relativamente ao próprio documento financeiro, o PCP sempre foi muito renitente em relação à delegação de competências nas Juntas, porque sabiam que isso acarretava instabilidade financeira, falta de recursos, porque às duas por três a culpa era da Freguesia, não era da Câmara e depois da Câmara devia ser do Governo Central, não era do Governo Central. Na prática não era de ninguém e andavam ali, quem sofria com isso eram as populações e sempre estiveram contra isso. -----

----- Quando olhavam para o total dos proveitos percebiam que a grande maioria das receitas eram provenientes de tudo isso que estava a falar. Portanto, pressupunha que isso também criava alguma instabilidade e gostaria de perceber se era mesmo assim, se o Executivo também sentia isso ou se, pelo contrário, sentia que era completamente autónomo. -----

----- A partir do momento em que parte do Orçamento e das receitas acabavam por ser ditadas pela Câmara Municipal, até que ponto isso, em vez de permitir executarem aquilo que consideravam enquanto Executivo da Freguesia que era mais importante para a Freguesia, ficavam limitados em termos daquilo que eram as componentes financeiras, as entradas de dinheiro, aquilo que eram obrigados a gerir os recursos no dia a dia. Se achavam que isso também acabava por estar ali um bocadinho, serem os executores das decisões camarárias. -----

----- Na prática era isso, foi muita conversa, mas era isso que pretendia ali entender, porque quando se via um Orçamento em que a grande maioria das receitas iam dessas delegações e de outras componentes, não só propriamente proveitos da própria Junta de Freguesia, acabava por ficar essa interrogação que gostaria de ver, se fosse possível. Pelo menos a opinião sobre ela, entendendo tudo aquilo que já dissera em relação ao PCP, que foi desde o início contra e continuava a ser contra por motivos que já mencionara, nomeadamente da assunção de responsabilidades que muitas vezes deviam ser de outros órgãos, até do poder central ou mesmo da Câmara Municipal, que acabavam depois por ser transferidas sem os recursos e eram as populações que sofriam.

----- O que viam ali e já tinham estado a ver ao longo das intervenções, às duas por três havia sempre dificuldade em gerir determinadas circunstâncias, não dependiam só da vontade da Junta, por aquilo que era óbvio. Quando havia delegações, obviamente que acrescia esse tipo de zonas cinzentas. Era um pouco isso. -----

----- Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, não ia repetir aquilo que já foi dito, percentagens, valores, isso ia pular, mas tentava perceber em relação aos

trabalhos especializados e já tinha feito essa pergunta uma vez, se não sentiam que se fossem desenvolvidos mais internamente por trabalhadores da Junta e não tanto recorrer ao exterior, não recorrer tanto a serviços especializados externos, se não teriam ali uma melhor eficiência em termos de gestão de recursos, em termos económicos, em termos de eficiência, de eficácia e tudo mais. -----

----- Podiam ver que essa rubrica tinha, nos serviços especializados, 2,27 milhões de euros, era uma verba significativa. Só se estava a referir àquelas verbas que tinham maior impacto, coisas com pequeno impacto eram relevantes por ser um facto muito importante e passavam a ser materialmente relevantes, tirando isso eram os números grandes e por isso estava a falar nesses números, porque talvez pudessem ali, sem recorrer tanto aos serviços externos, ver se era possível e o que entendiam. -----

----- Relativamente aos honorários dos serviços externos, eles continuavam elevados. Já falaram sobre isso, provavelmente havia ali recibos verdes. Sabia que também havia a tentativa disso, mas enquanto representante do PCP iria referir em todos os sítios onde estivesse a preocupação, que parte dela também estava a ser partilhada pelo presente Executivo, não tanto pelo anterior, porque se tinha apercebido que não eram exatamente os números que, entretanto, o presente Executivo lhe falou sobre recibos verdes, falsos recibos verdes e que ia tentar legalizar. -----

----- A precariedade no local de trabalho era uma preocupação que iria ter sempre que referir ali quando visse a palavra honorários, como ia referir quando houvesse quadros de pessoal. Era nesse sentido que achava que era importante também voltar ali a falar nessa questão, entender se estava tudo controlado dentro daquilo que falaram. Apesar de não estar lá o Executivo anterior, havia parte do Executivo que estava e sabia que essa foi sempre uma preocupação e lamentava profundamente que os dados não tivessem sido dados com tanta clareza como foi dado pela Senhora Presidente atual quando tiveram uma reunião. Lamentava que durante esses anos a situação não tivesse sido abordada da forma como foi ali em relação a essa questão dos falsos recibos verdes. ---

----- Mesmo assim os honorários ainda eram 755 mil euros, sabia que podia haver avenças, que havia sempre de trabalhadores independentes que pretendiam que assim fosse e, portanto, esses eram livres de querer ser os verdadeiros trabalhadores independentes, não eram os falsos. Sabia que essa situação, até pelo tipo de funções que cada um dos trabalhadores exercia, havia funções que eram mesmo assim e opções, nada contra essas, contra sim as que eram precárias. -----

----- Relativamente às horas extraordinárias o valor não era muito grande, eram 140 mil euros, mas já tinha feito essa pergunta da outra vez ao Executivo e ao Executivo anterior e voltava a fazer. Essas horas extraordinárias eram do quê? Era falta de pessoal? Não, eram serviços pontuais que tinham mesmo que ser feitos com os trabalhadores que já tinham, não havia falta de trabalhadores e que muitas vezes nas empresas o que acontecia, ou noutro tipo de organizações, quando se recorria muito a horas extraordinárias, que não sabia se era o caso, não era um valor astronómico, eram cento e qualquer coisa mil euros, se referiam a falta de pessoal ou não, ou se eram mesmo horas extraordinárias de pessoal que existia e que só em situações pontuais se tinha que recorrer mesmo a essas horas extraordinárias, se elas não eram habitualmente pagas para evitar contratar outras pessoas. A pergunta clara era essa, claramente e objetivamente era isso. -----

----- Quanto à habitação, não queria nada falar sobre a habitação, não ia discutir habitação acessível, não ia discutir nada disso, mas havia ali uma coisa que era concreta, que a Freguesia onde viviam, com todos os constrangimentos que tinha e pegando com aquilo que fizeram, por exemplo os últimos dados do Eco, um jornal, ali o metro quadrado da habitação, mediana nesse caso, não metro quadrado e sim mediana, andava

à volta dos 6.819 euros nessa Freguesia, uma das mais altas. Os preços em termos de arrendamento, no Idealista foi o último valor que encontrara, 26,9 por metro quadrado.

----- Isso era uma preocupação e também revelavam isso e sabia que tinham essa preocupação também, mas quando se falava ali em estar a reduzir custos com questões sociais e encaminhamento, também tinham que ter em atenção... não estava a dizer que a Freguesia tinha feito um mau trabalho, mas isso refletia também na necessidade daquela campanha de recenseamento que falaram, porque isso refletia o tecido que tinham nesse momento em Santo António e que iriam continuar a ter. -----

----- Se calhar havia cada vez menos pessoas a necessitar do tal apoio social, mas iam ter pessoas a ser corridas dali constantemente e isso ia ter impacto, nomeadamente no recenseamento. Não podiam querer as duas coisas, isso era óbvio, bastava analisarem. Não estava a dizer que fizeram um mau trabalho, estava a dizer que a realidade era essa, tinham que ler a realidade e isso era uma constatação, não valia a pena andarem ali às voltas que era isso. -----

----- Em relação ao PCP, independentemente da possibilidade de haver ali ou não, iriam sempre defender a habitação, apostas em políticas estruturais de habitação pública, serviços públicos de qualidade e saúde pública. Era isso que queria deixar, porque às vezes esse tipo de despesas de apoio não resolvia os grandes problemas que as pessoas tinham. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que era só porque estava muito confuso, porque efetivamente tinham que olhar a continuidade, se existia uma continuidade executiva ou não e tinha ficado um bocado confuso ali com os dados da Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente por algumas coisas dizia que o Executivo não era responsável, que a partir do momento em que tomou posse o Executivo era novo, mas falou de 2014. Não percebia essa... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa não era uma interpelação à Mesa, era uma pergunta à Senhora Presidente da Junta. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a relação dos orçamentos que recebiam da Câmara estava a melhorar. Esse ano receberam 2025. Havia o hábito da Câmara, as últimas tranches seriam no dia 31 de dezembro, o que para a Junta era uma nulidade e tinham que ter as equipas a fazer as coisas. Esse ano conseguiu-se, depois de algumas reuniões, de alguns telefonemas, conseguiu-se que não fosse em dezembro. Ou seja, deu alguma margem de manobra. -----

----- Também esses orçamentos que faziam, falava nesses principalmente de 2026, tentavam orientar muito bem e isso se calhar era por ser uma senhora a orientar a casa, orientar muito bem com as tranches que chegavam, com o licenciamento que fazia um trabalho excecional. Tirando a Câmara e a DGAL, era a grande fonte de rendimento da Freguesia. -----

----- Havia momentos em que às vezes a liquidez não era assim tanta, mas estava a melhorar. Sentiram isso agora no final do ano, que estava a melhorar, já não havia tranches a chegarem a 31 de dezembro, o que era uma mais valia. -----

----- Sobre as zonas cinzentas em delegações de competências, não iam falar sobre isso porque existiam, às vezes nem sabiam bem. Nesse dia tivera uma reunião, estiveram todos os Presidentes de Junta, uma reunião muito boa com a Educação, em que foram ouvidos sobre um CDC, o que foi muito bom para todos. Achava que havia alguma tentativa de melhorar essas zonas cinzentas. -----

----- Os trabalhos especializados, pensava que isso tinha muito a ver com as obras dos finais de CDCs. Foram os lagos, receberam as contas todas e todas essas coisas eram em trabalhos especializados, porque eram empreitadas e obras. -----

----- Sobre ser interno, também gostava muitas vezes de fazer isso, mas não conseguia contratar para a função pública um engenheiro, um jurista, um arquiteto. A tabela de valores da função pública, ninguém queria ir trabalhar. Era sempre através de prestação de serviços, porque ninguém queria ir trabalhar para a função pública, para os quadros, pelo valor que a função pública pagava. Era esse o problema, o que fazia com que se aumentasse muito também o valor dos chamados prestadores de serviços. Ficava muito contente, por exemplo, que conseguiram 18 vagas, abriram 18 concursos, tal como tinham dito ao longo de quatro anos era o objetivo enriquecer o quadro de pessoal. Abriam 18 vagas, o que era muito bom. -----

----- Foi falada a situação dos monitores, que também carregava muito nos recibos verdes, os monitores das delegações de competência. Todos os Presidentes de Junta disseram a mesma coisa. Não conseguiam dar estabilidade a essas pessoas, porque era uma delegação de competência. Por isso pediam alguma ajuda à Câmara para tentar ver se havia alguma alteração para fazer. -----

----- Horas extras, eram as duas causas. Era necessário as pessoas irem trabalhar, porque havia eventos, porque havia isto e aquilo. Não tinham as pessoas suficientes limpeza urbana e todos tinham isso, mas não era por não quererem, estava muito difícil as pessoas quererem ir trabalhar. Depois havia a questão de quanto mais novos eram, tinham a escolaridade obrigatória, nem sempre era cumprido, não estava fácil. Daí a razão que depois acabavam por um bocadinho sobrecarregar quem trabalhava. -----

----- Também como todos sabiam, acabara de dizer, os homens saíram às dez e meia do dia 25 de Abril e, como era óbvio, pagavam horas extras de sábado. -----

----- Sobre casas caras, arrendava uma casa na Freguesia, por isso sabia o que eram casas caras. O seu filho não conseguia arranjar casa e entendia isso tudo. Só dizer que na Rua de São José estava a ser construído um prédio de renda acessível, era o único até agora que estava a ser construído. Quando lhe diziam que tinha a Freguesia mais cara por metro quadrado, isso para a Junta de Freguesia significava bola. A Junta não tinha espaço, mas isso não era de agora, na reorganização e nesses anos todos isso sempre foi assim. Por isso não iam agora de repente dizer que acordaram todos e perceberam que Santo António era caro. Santo António era caro há 15 anos ou mais. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 001_PCt_AF_26 referente à prestação de contas de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL), 3 votos contra (PS) e 3 abstenções (PCP, Livre e BE) -----

----- **Ponto 7 – Análise e discussão referente ao Mapa de Património;** -----

----- (Não se verificaram intervenções neste ponto) -----

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 001 AOM AF 26 referente à Alteração Orçamental Modificativa;** -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que era tendencialmente contra. Entendiam que as alterações orçamentais eram, em abstrato, um instrumento muito legítimo de gestão e ajustamento ao longo dos exercícios, ficavam contentes que elas existissem quando tinham uma explicação de forma sistémica. Ali não sabiam quais eram as rubricas reforçadas e reduzidas, qual era a racionalidade das opções face às necessidades identificadas, quais eram os resultados esperados em matéria de ação social, ambiente, espaço público, educação, coesão territorial. Essa ausência impedia a Assembleia de avaliar se a alteração corrigia desequilíbrios estruturais, nomeadamente o peso excessivo da despesa corrente e a fraca ambição de investimento, ou se apenas perpetuava o modelo existente. -----

----- Entendiam que essa alteração orçamental modificativa devia constituir uma oportunidade para corrigir rumos, reforçar respostas sociais, acelerar investimento com

impacto climático e territorial e melhorar a transparência da decisão orçamental. Não estando essas opções devidamente justificadas e mensuradas na proposta o voto, infelizmente, não podia ser favorável. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que nessa alteração orçamental verificava-se um reinvestimento do saldo 2025, portanto, também que conseguiam verificar anteriormente, diretamente a melhoria da freguesia. Portanto, estavam perante um saldo a injetar em 2025 de 1.080.866,5 euros mais o... de 2026, totalizava 1.190.300 e tal euros e, portanto, tinham ali prioridades que a bancada do PSD via favoravelmente. Isso também servia como declaração de voto, que era a questão dos espaços verdes, algo que tinha sido ali levantado na Freguesia e no ambiente urbano, que eram 440 mil euros. -----

----- Isso tudo incluía a ação social também, 169 mil euros, a gestão de capital humano, que era 327.302 euros. Portanto, nesse sentido, eram necessários esses valores para garantir o funcionamento pleno da Junta e o serviço ao cidadão e a bancada do PSD votaria favoravelmente, para que conseguissem fazer essa gestão na Junta, que era fundamental. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 001_AOM_AF_26 referente à Alteração Orçamental Modificativa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP e IL), 4 votos contra (PS e Livre) e 1 abstenção (BE) -----

----- **Ponto 9 – Informação Trimestral da Presidente:** -----

----- (Não se verificaram intervenções neste ponto) -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que relativamente ao Mapa de Património tinha ido a outra inteligência artificial, cada uma dava a sua resposta e dizia o seguinte: “Sim quando o Mapa de Património ou a sua atualização consta explicitamente como ponto da ordem de trabalhos numa assembleia ele deve ser colocado a votação”. -----

----- Depois explicava que podiam não concordar, dizer que tinha que ser revisto ou qualquer outra coisa e dizia que podia não acontecer isso se por acaso era só apresentação, mas dizia análise e por aí fora. Portanto, esse ponto sempre foi votado e gostava que lhe dissessem com que base esse ponto não era votado. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Lida a **Ata em minuta** referente à presente reunião, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE -----